



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

São Bernardo do Campo

2019

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Dácio Robertho Matheus

Vice-Reitor

Prof. Dr. Wagner Carvalho

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Paula Ayako Tiba

Diretor de Centro

Prof. Dr. Harki Tanaka – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Marcelo Bussoti Reyes - Centro de Matemática, Computação e Cognição

Prof. Dr. Ronei Miotto - Centro de Ciências Naturais e Humanas

Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas

Profa. Dra. Márcia Helena Alvim - Coordenadora

Profa. Dra. Claudia Regina Vieira – Vice-Coordenadora

Equipe de Trabalho - 2018

Prof. Dr. Alexander de Freitas

Prof. Dr. Allan Moreira Xavier

Prof. Dr. Evonir Albrecht

Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva

Prof. Dr. Luciano Soares da Cruz

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Marcia Helena Alvim

Prof. Dr. Márcio Fabiano da Silva

Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Prof. Dr. Mário Minami

Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa

Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco

Virgínia de Souza Slivar

Equipe de Trabalho - 2019 - NDE

Prof. Dr. Alexander de Freitas

Profa. Dra. Ana Maria Dietrich

Profa. Dra. Claudia Regina Vieira

Prof. Dr. Daniel Pansarelli

Profa. Dra. Katerina Lukasova

Profa. Dra. Kátia Canil

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Márcia Helena Alvim

Profa. Dra. Priscila Benitez

Prof. Dr. Ramatis Jacino

Profa. Dra. Suze Piza

Sumário

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	5
2 DADOS DO CURSO	6
3 APRESENTAÇÃO	7
3.1 A UFABC.....	7
3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL	8
3.3 BREVE HISTÓRICO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA UFABC....	11
4 PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	14
5 OBJETIVOS DO CURSO	29
5.1 OBJETIVO GERAL	29
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
6 REQUISITO DE ACESSO	31
6.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	31
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	34
8.3 ESTRUTURA GERAL	42
8.4 DISCIPLINAS	43
8.5 MATRIZ CURRICULAR SUGERIDA	53
8.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	56
9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO	57
10 ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS	62
11 ESTÁGIO CURRICULAR.....	64
14 INFRAESTRUTURA.....	79
15 DOCENTES.....	83
16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	88
17 ANEXO	89

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07 722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015¹.

¹ Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/dou-lei-13110-2015_altera-lei-criacao-ufabc.pdf. Acesso em 30 de junho de 2016.

2 DADOS DO CURSO

Área Básica de ingresso: Licenciaturas Interdisciplinares

Curso: Licenciatura em Ciências Humanas.

Diplomação: Licenciado em Ciências Humanas.

Carga horária total do curso: 3.216 horas.

Tempo mínimo e máximo para integralização: Tempo mínimo de 4 anos e máximo de 9 anos.

Estágio: Obrigatório – 400 horas.

Turno de oferta: matutino e noturno.

Número de vagas por turno: 25 vagas.

Campus de oferta: São Bernardo do Campo.

Atos legais: Ato Decisório ConsUni nº 151 de 27 de novembro de 2017.

3 APRESENTAÇÃO

3.1 A UFABC

No ano de 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC. A Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2005, com o nº 11.145.

O projeto de criação da UFABC ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social em sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência, propondo uma matriz interdisciplinar para formar profissionais com um conhecimento mais abrangente, capazes de trafegar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Por muito tempo, a comunidade da região do ABCDMRR², representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. A concretização do projeto de criação da UFABC é uma conquista dos cidadãos da região do ABCDMRR, e veio a colaborar para o aumento da oferta de vagas na educação superior pública na região, potencializando seu desenvolvimento por meio da oferta de formação superior nas áreas científica e tecnológica, com vários cursos de ciências humanas, sociais, naturais e de engenharia. A instituição também está alicerçada no desenvolvimento da extensão universitária, por intermédio de ações que disseminem o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade. Nesse contexto, a UFABC contribui não apenas para o benefício da região, mas para o país como um todo investindo em ensino, pesquisa e extensão, almejando a excelência acadêmica, a inclusão social e a promoção da interdisciplinaridade. Cabe salientar que a pós-graduação na UFABC teve início de modo simultâneo com a graduação, evidenciando a vocação da instituição para a pesquisa, a produção de conhecimento e inovação.

Dentre os princípios fundamentais da UFABC destacam-se:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar cidadãos com competência profissional, sensibilidade e responsabilidade social e ética, em diferentes áreas de conhecimento que estejam aptos para atuar em diversos

² Região do ABC expandido (ou Grande ABC), que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

setores, participando do desenvolvimento da sociedade brasileira e agindo na formação de outros cidadãos e na sua própria formação de modo contínuo;

III – incentivar e fomentar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando o desenvolvimento das ciências e tecnologias, bem como a criação e difusão da cultura, contribuindo para o entendimento do ser humano, de sua história e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar esses saberes por meio do ensino, de publicações e de outras formas de atuação social;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua concretização, integrando constantemente novos saberes e desenvolvimentos na estrutura da formação propiciada pela instituição;

VI – promover discussões sobre problemas do mundo contemporâneo, em especial sobre aqueles que dizem respeito ao contexto nacional e regional;

VII – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de cooperação e reciprocidade;

VIII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá por meio de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que visam à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pela sociedade brasileira, bem como à promoção e ao estímulo à pesquisa científica, tecnológica e à produção de pensamento original nos campos das ciências e das tecnologias. Um importante diferencial da UFABC, evidenciando o comprometimento da Universidade com o ensino e a pesquisa de qualidade, é o seu quadro docente composto exclusivamente por doutores que atuam em Regime de Dedicção Exclusiva.

3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

Para cumprir a missão institucional definida em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³, consta como um dos fundamentos estruturais da UFABC,

³Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf. Acesso em 02 mar. 2018.

[...] a extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares [o qual] pode propiciar novas perspectivas para a formação inicial de professores, como também possibilitar formação continuada para aqueles que já estão em sala de aula na Educação Básica, além de ações de extensão e cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. (UFABC, 2017, p. 10).

A proposta de Licenciaturas Interdisciplinares (LI) é extremamente pertinente ao modelo de ensino que caracteriza a UFABC, oferecendo a almejada “*formação superior mais consistente e adequada a uma nova realidade de atuação*” (UFABC, 2013, p. 30). A formação de professores propiciada pelas Licenciaturas Interdisciplinares pretende contribuir para dois aspectos assinalados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁴: as metas e diretrizes para inclusão social, políticas afirmativas, ingresso e permanência e, igualmente, as diretrizes para a política de interação com a sociedade.

Sobre o primeiro aspecto, consta no PDI a necessidade de reavaliar “as notas de corte e os pesos atribuídos às provas nos Editais, de forma a garantir que os alunos ingressantes apresentem o perfil adequado para os bacharelados interdisciplinares de ingresso”. Até 2018, os alunos ingressantes para os cursos de licenciatura não possuíam perfil adequado para os Bacharelados Interdisciplinares de ingresso. Com as Licenciaturas Interdisciplinares (LI), a revisão supramencionada poderá ser feita com maior propriedade, tendo em vista a formação docente.

Sobre o segundo aspecto, embora a “*contribuição da UFABC para melhoria da qualidade do ensino da educação básica na região do Grande ABC, com prioridade para as escolas da rede pública, [tenha] se consolidado como uma diretriz prioritária*” (UFABC, 2013, p. 71), e tenham sido inúmeras as ações nesse sentido por parte dos professores vinculados às licenciaturas, apenas a reorganização das licenciaturas como cursos específicos pós-LI pode desfazer a dicotomia apontada (e rejeitada) no PDI entre a inclusão social e a busca da excelência: a oferta de uma Licenciatura Interdisciplinar como curso de entrada na UFABC é condição necessária para que a UFABC dê conta das demandas sociais educacionais, um dos “Desafios para o Futuro” apontados no PDI.

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022 da UFABC, constam ainda quatro desafios fundamentais da inserção regional da UFABC. Destes, o terceiro diz respeito diretamente aos cursos de Licenciatura, visto que compreende o desafio de “*Formar quadros*

⁴ Disponível em: <http://antigo.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsUni/anexo-resolucao-consuni-112_pdi-2013-2022.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

profissionais docentes, garantindo a necessária aproximação da universidade com os demais níveis do ensino na região” (UFABC, 2013, p. 18).

Nos níveis de ensino correspondentes à Educação Básica, sabe-se que as escolas estaduais dos sete municípios do Grande ABC (ABCDMRR) sofrem de problemas basilares no que diz respeito ao seu quadro docente⁵: uma comparação do número total de docentes e do número de escolas estaduais por professores licenciados nas áreas em que desempenham suas funções docentes mostra que as disciplinas são frequentemente ministradas por profissionais sem formação específica para a docência nas referidas disciplinas. Sabe-se, igualmente, que esse quadro não é prerrogativa da rede estadual, e /pode ser expandido para incluir todas as escolas (de todos os níveis) do Grande ABC (municipais, estaduais, privadas, confessionais, comunitárias e conveniadas). Outro dado alarmante compreende a faixa etária dos docentes das escolas do Grande ABC: a média de idade do corpo docente das escolas do Grande ABC é bastante alta, elevando – nos próximos anos – a demanda regional por profissionais do magistério.

Neste contexto, o terceiro desafio proposto pelo PDI da UFABC está na ordem do dia da inserção da Universidade na região do Grande ABC. Ademais, a demanda por formação de quadros profissionais qualificados para a docência na Educação Básica é prioritária não só regionalmente, mas para as redes de ensino de todo o país. Toda universidade que deseja levar a cabo as suas funções sociais mais primordiais deve atentar a esse fato e, na medida de suas possibilidades, trabalhar em prol da qualificação da Educação Básica. Nessa perspectiva, os cursos de licenciatura assumem papel primordial. E a proposta das Licenciaturas Interdisciplinares é uma tentativa de oferecer não só a almejada qualificação da formação docente, como também garantir que a Universidade cumpra sua função social de formar professores: através de uma entrada separada na universidade, garante-se que, independentemente da área escolhida, o egresso será formado *professor*.

Por fim, consta no PDI, igualmente, a necessidade de,

Promover a discussão ampla e interdisciplinar sobre os conteúdos e sua continuidade nas diversas disciplinas da Universidade, aumentando o grau de compartilhamento de disciplinas entre cursos, de forma a enriquecer sua oferta pela diversidade de experiências e especialidades dos docentes (UFABC, 2013, p. 38).

⁵ Dados pormenorizados a respeito destes problemas podem ser obtidos na Plataforma CultivEduca (UFRGS), a qual – a partir dos microdados do Censo Escolar de 2009-2014 da Nota Técnica INEP 020/2014 – disponibiliza filtros para a consolidação de dados sobre a formação docente em cada escola e em cada município do Brasil. Disponível em: <cultiveduca.ufrgs.br>.

A proposta das Licenciaturas Interdisciplinares (*i.e.*, da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e da Licenciatura em Ciências Humanas) nasceu justamente da discussão interdisciplinar envolvendo as licenciaturas ofertadas na UFABC em 2013 (Ciências Biológicas, Filosofia, Física, Química e Matemática) no âmbito do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério de Educação Básica (COMFOR) da UFABC, onde representantes de todos os referidos cursos compuseram grupos de trabalho cuja atuação culminou no presente projeto (cf. portarias do COMFOR nº 002/2014, 004/2015 e 003/2016).

3.3 BREVE HISTÓRICO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA UFABC

O Comitê Gestor Institucional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR) foi instituído na UFABC em setembro de 2012 e desde então discute a formação de professores para a Educação Básica na Universidade. Uma análise minuciosa resultou na conclusão de que as Licenciaturas da UFABC, desde sua criação em 2009, poderiam se alinhar mais adequadamente aos recentes resultados das pesquisas acerca de formação de professores, aos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares para cursos de Licenciatura, bem como a saberes construídos historicamente acerca da educação escolar por parte de seus protagonistas. Em decorrência das discussões relativas à formação inicial de professores na UFABC, foi criado em 2013 um grupo de trabalho no COMFOR para realizar um estudo buscando a elaboração de um projeto para Licenciaturas Interdisciplinares em consonância com o Projeto Pedagógico da UFABC, bem como uma análise da viabilidade de sua implantação.

A partir de maio de 2014, dando continuidade à discussão iniciada no ano anterior, o COMFOR apresentou a primeira versão de sua proposta aos cinco cursos de Licenciaturas específicas da UFABC. Nesse processo, as Licenciaturas específicas sugeriram adequações ao projeto. As alterações na proposta original foram elaboradas por um segundo GT, constituído por membros do COMFOR e professores indicados pelos cursos.

Ao final desta etapa, o COMFOR aprovou o projeto apresentado por este segundo grupo de trabalho e o expôs no Simpósio de Novos Cursos, organizado pela Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), em 8 de setembro de 2014. Posteriormente, a proposta foi apresentada em duas conferências abertas à comunidade, uma no campus de Santo André, em 28 de julho de 2015, e outra no campus de São Bernardo do

Campo, em 11 de agosto de 2015, pois era necessário ouvir a comunidade acadêmica e colher mais sugestões. Ao longo do processo, o COMFOR – em diálogo com a Reitoria e a Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) – elaborou mais adequações na proposta, para viabilizar sua implantação antes de levá-la ao Conselho Universitário (ConsUni).

No ano de 2016, a Reitoria da UFABC publicou um Edital de Chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de licenciatura⁶. O COMFOR participou do referido Edital com a proposta de duas Licenciaturas Interdisciplinares (compondo um projeto único): a Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) e a Licenciatura em Humanidades⁷. A referida proposta teve como proponentes os membros do COMFOR e do grupo de trabalho instituído pela portaria COMFOR nº 003, de 3 de março de 2016, para a elaboração da proposta em questão⁸.

Os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) e de Licenciatura em Humanidades (LH) foram recomendados pela Comissão Julgadora das propostas de criação de novos cursos de licenciatura instituída pela Portaria da Reitoria nº 185, de 30 de maio de 2016.

Em 2017, na Comunicação Interna (CI) 006/2017/CGPL/PROGRAD, a Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, Coordenadora Geral do Programa das Licenciaturas da UFABC e então Presidente do COMFOR/UFABC, solicitou a discussão do item “Criação de Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares” em reunião do ConsUni, dando andamento ao processo disparado pelo Edital n. 59/2016 da Reitoria da UFABC e em conformidade com o fluxo estabelecido pela Resolução ConsUni n. 151 de 22 de julho de 2015.

A II sessão extraordinária de 2017 do Conselho Universitário (ConsUni), realizada em 19 de setembro do referido ano, teve como pauta única (expediente) o “Resultado do Edital da Reitoria nº 59/2016 - Chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de licenciatura na UFABC”. O item voltou à pauta do ConsUni na III sessão ordinária de 2017, agora como ordem do dia, sendo aprovado na continuação da reunião realizada no dia 21 de novembro de 2017.

No processo de elaboração da proposta de Licenciaturas Interdisciplinares da UFABC, o COMFOR e os grupos de trabalho por ele nomeados puderam,

⁶ Cf. Edital nº 059/2016 publicado no Boletim de Serviço nº 543 de 29 de março de 2016.

⁷ Nomes posteriormente alterados para *Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas* e *Licenciatura em Ciências Humanas*, respectivamente.

⁸ Foram proponentes do documento submetido ao Edital nº 059/2016: Prof. Dr. Alexander de Freitas, Carlos Eduardo Rocha dos Santos, Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva, Lídia Pancev Daniel Pereira, Lilian Santos Leite Menezes, Profa. Dra. Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco, Profa. Dra. Maísa Helena Altarugio, Prof. Dr. Marcelo Zanotello, Profa. Dra. Maria Teresa Carthery-Goulart, Profa. Dra. Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda, Profa. Dra. Mirian Pacheco Silva Albrecht, Profa. Dra. Patrícia Sessa, Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco, Profa. Dr. Roque da Costa Caiero, Profa. Dr. Sérgio Henrique Bezerra de Souza Leal, Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, Virgínia de Sousa Slivar.

[...] construir módulos de disciplinas obrigatórias comuns, com a mesma natureza interdisciplinar e de múltiplas aplicações, como as disciplinas obrigatórias dos BIs, tal como sugerido no PDI para os “cursos específicos que naturalmente comungam de uma mesma estrutura pedagógica” (UFABC, 2013, p. 43).

As licenciaturas da UFABC vigentes até 2018 já possuíam algumas disciplinas comuns, mas o leque de oferta de disciplinas obrigatórias e ações conjuntas foi imensamente ampliado na proposta das Licenciaturas Interdisciplinares (e, em especial, da Licenciatura em Ciências Humanas), a qual inclui um rol de oferta comum também para as disciplinas de opção limitada. Com essa nova proposta, pretende-se “*contribuir para a quebra de velhos modelos de aprendizado e para a construção de um novo entendimento para a universidade brasileira do século XXI*” (UFABC, 2013, p. 30), oferecendo aquilo que se vislumbra no PDI para os bacharelados interdisciplinares, a saber, uma formação multidisciplinar: a “[...] *agregação de conhecimento específico (dado pelos cursos de formação específica) a uma base mais abrangente de conhecimento científico e humano [...], cria-se – pelo modelo de ensino da UFABC – o elemento multidisciplinar na formação do aluno*” (UFABC, 2013, p. 29-30).

Referências

UFABC. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Santo André, 2013. Disponível em: <http://antigo.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsUni/anexo-resolucao-consuni-112_pdi-2013-2022.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

UFABC. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Santo André, 2017. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf>. Acesso em 09 mar. 2018.

4 PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A vinculação entre formação de professores e interdisciplinaridade tem ocupado múltiplas discussões no campo das políticas educacionais atuais, culminando com o aparecimento, em vinte e duas vezes, dos termos interdisciplinar e/ou interdisciplinaridade ao longo da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Nesta resolução, em grande número de citações, a indissociabilidade entre a interdisciplinaridade e as exigências legais para a composição das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura se configura pelas alusões à interdependência e coimplicação entre três domínios: conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos. Ora, se a menção ao interdisciplinar apresenta-se tantas vezes citada, e mais, se aparece textualmente como elemento de ligação entre os conhecimentos específicos e os pedagógicos, isso dá dimensão do valor que o supracitado documento confere à interdisciplinaridade enquanto elemento essencial e mediador dos currículos dos cursos de formação de professores. É justamente no sentido de criar um perfil interdisciplinar de formação de professores, na área de Ciências Humanas, que se justificam as dimensões e os valores norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH).

Para trazer à tona e esclarecer as dimensões e os valores interdisciplinares que estruturam o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), apresentam-se abaixo três focos principais de fragmentação, que são recorrentes na organização de matrizes de formação de professores, que tanto merecem atenção, quanto precisam ser superados pelos cursos que pretendem formar professores em uma perspectiva interdisciplinar.

Estes três focos de fragmentação são:

1. Compartimentalização e disjunção dos saberes, com predominância da organização curricular reducionista, estanque e dissociada, o que prioriza a formação de *expertises*, em detrimento da formação de profissionais da educação com percepções, reflexões e atuações sobre a multidimensionalidade, complexidade e interconectividade do conhecimento científico da área, da realidade escolar e das práticas educativas;
2. Falta de integração entre as dimensões dos conhecimentos teórico-conceituais, pedagógicos, metodologias de ensino e o exercício da *práxis* docente, que é carregada de

saberes da experiência, que são aprendidos na prática. Disso resultam cisões entre: conhecimento e aplicação, teoria e prática, ideal e real, saber e saber fazer, conhecimento e ensino, reflexão e ação, investigação e ação etc.;

3. Relação distanciada, desengajada e burocrática entre as instituições de Educação Básica e as instituições responsáveis pela formação de professores, no Ensino Superior.

Nos trechos citados abaixo, extraídos da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, afirmam-se algumas dimensões e valores norteadores que também serão assumidos pelo curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), ratificando, mais uma vez, a formação interdisciplinar de professores como o grande objetivo do curso proposto.

Segundo a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015:

O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica (...), e deve contemplar: (I) - sólida formação teórica e **interdisciplinar** dos profissionais; (II) a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; (...) (VI) as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 3, § 6º, inciso I, II e IV, grifo nosso).

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a): (I) - à integração e **interdisciplinaridade** curricular (...). (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 5, inciso I, grifo nosso).

O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades compostos pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de **interdisciplinaridade**, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e

sensibilidade afetiva e estética (...). (Resolução CNE/CP 2/2015, Art. 7º, grifo nosso).

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) pretende incidir na reversão e superação dos focos de fragmentação problematizados acima, que são recorrentes nos cursos de formação de professores vigentes na UFABC, incluindo e afirmando algumas dimensões e valores norteadores preconizados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

O que é mais urgente e necessário é combater o modelo "3 + 1" vigente nos cursos de licenciatura da UFABC até 2019, visto que eram cursos específicos de formação de professores atrelados a um bacharelado interdisciplinar, o que caracterizava um percurso formativo em que primeiro se ensinam determinados conceitos e teorias, para só, bem adiante do percurso, aplicá-los através de metodologias e práticas de ensino envolvendo a *práxis* docente. Neste sentido a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015 é categórica: “*A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura*” (Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, Art. 11).

Um dado alarmante do modelo das licenciaturas da UFABC vigente até 2019 é que o percurso formativo, que deve envolver a interdependência entre os domínios teórico-conceituais, pedagógicos e da prática docente, era estanque e dissociado, com a oferta de disciplinas didático-pedagógicas apenas a partir do quinto quadrimestre letivo e oferta de práticas de ensino e estágios supervisionados tão somente a partir do oitavo quadrimestre letivo.

Para combater e sanar os problemas levantados até aqui, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) prevê a formação em dois níveis, que se interconectam ao longo do percurso formativo proposto.

O primeiro nível é o do ingresso do aluno, cursando pouco mais de dois quadrimestres de disciplinas obrigatórias comuns aos dois cursos de licenciatura, de modo a constituir uma Área Básica de Ingresso (ABI), comum aos dois cursos de Licenciaturas Interdisciplinares (LI) ofertados na UFABC. No segundo nível temos a opção pela formação básica em duas áreas: Ciências Naturais e Exatas, no curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) e Ciências Humanas, no curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), com a inserção de disciplinas que atendem à perspectiva interdisciplinar e de formação geral de cada uma das áreas. Este nível, com terminalidade própria, habilitará o/a licenciado(a) em

Ciências Humanas a atuar na Educação Básica, na área de Ciências Humanas, em especial no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais).

O(a) licenciado(a) que almeja se especializar poderá ainda cursar um terceiro nível de formação, composto de disciplinas dos cursos pós-LCH; neste caso, o(a) licenciado(a) poderá obter um segundo diploma, o qual o habilitará a atuar no Ensino Médio.

O perfil de formação no primeiro nível, estruturado pela Área Básica de Ingresso (ABI), comum entre as Licenciaturas Interdisciplinares (LI), propõe, desde seu início, uma forte base de disciplinas pedagógicas e de práticas como componentes curriculares, criando possibilidades de coimplicação, inter-relação e interconexão entre o domínio conceitual pedagógico e as reflexões e vivências sobre a práxis docente.

Pretende-se que o desenvolvimento destas disciplinas sejam laboratórios de imersão e experimentação da realidade concreta das instituições públicas de Educação Básica, promovendo, logo de início, a superação de algumas dicotomias comumente encontradas em cursos de formação de professores, radicadas, sobretudo, na contradição entre teoria e prática. No âmbito das disciplinas que compõem a Área Básica de Ingresso (ABI) das LI (ou o primeiro nível de formação), a interdisciplinaridade tem como eixo as problematizações relativas ao ensino, às concepções de educação e à formação de professores, colocando o(a) licenciando(a) em contato com questões essenciais que atravessam o complexo campo educacional, tais como: natureza da função docente; autonomia e autoridade; organização e funcionamento do sistema educacional; neoliberalismo e políticas públicas ligadas à Educação Básica; história da educação; concepções de distintas realidades escolares; reflexões e tomadas de decisão quanto à escolha dos fins, objetivos e abordagens de ensino-aprendizagem; relações entre ciência, tecnologia e sociedade; organização do trabalho pedagógico; desenvolvimento afetivo e cognitivo do ser humano; bases computacionais da ciência; impacto das tecnologias da informação e da comunicação sobre o processo educativo; estudos sobre questões étnico-raciais e educação inclusiva e especial; língua brasileira de sinais (LIBRAS); perspectivas de pesquisas na área de educacional; entre outras.

No segundo nível de formação proposto para o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), que tem terminalidade própria, garantindo uma primeira titulação, propicia-se ao/à licenciando(a) o contato e o aprofundamento em temáticas diversas e interdependentes da área de Ciências Humanas, considerando-se a criação de novas disciplinas que pretendem ampliar o domínio da área em relação às metodologias e práticas de ensino-aprendizagem, essenciais a um curso de formação de professores.

A novidade trazida por este segundo nível é que os domínios teórico-conceituais das Ciências Humanas serão ensinados e aprendidos em consonância com as discussões pedagógicas, metodológicas e práticas de ensino, o que está materializado na matriz curricular através de duas disciplinas de Laboratório de Práticas Integradoras e dos módulos de Estágio Supervisionado. Frise-se, aliás, que os Estágios Supervisionados são precocemente introduzidos no percurso formativo dos/das licenciandos(as), estando de acordo com os dispositivos legais que normatizam os estágios supervisionados dos cursos de formação de professores.

Em relação aos domínios teórico-conceituais das disciplinas obrigatórias e de opção limitada que compõem este segundo nível de formação, deve-se esclarecer que eles estão em consonância com o que é legalmente exigido para atuação na área de Ciências Humanas nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a normatização curricular prevista pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo a qual a área de Ciências Humanas se apresenta reduzida aos componentes curriculares de História e Geografia. O recorte do domínio teórico-conceitual não será disciplinar, mas, sim, temático, tensionado pelo diálogo entre os conceitos de: espaço, tempo, relações sociais e de poder, produção de conhecimentos e saberes, sustentabilidade ambiental, entre outros, de modo a abarcar domínios distintos das Ciências Humanas, tais como História, Geografia, Sociologia, Política, Epistemologia, etc.

Deste modo, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) se justifica na medida em que atende e expande o desafio interdisciplinar para organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, na área de Ciências Humanas, incluindo interfaces com conhecimentos e saberes que foram esquecidos, silenciados e apagados do currículo oficial. Trata-se de um curso com impacto regional (região do ABC) e local (município de São Bernardo do Campo), uma vez que se desconhecem instituições públicas ou privadas na região do ABC que organizem seus cursos de formação de professores na perspectiva interdisciplinar na área de Ciências Humanas, como propõe o perfil de formação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH).

Em relação à proposta de inserção da reflexão histórica no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) esta será pautada pela perspectiva de ruptura com o eurocentrismo historiográfico e pela valorização dos processos de constituição político-cultural dos povos que vivenciaram a colonização ocidental. Deste modo, valoriza-se o ensino de História que permite a construção de um arcabouço de narrativas interpretativas sobre o transcorrer em sociedade que instrumentam para a reflexão crítica em sua experiência enquanto sujeitos históricos. As disciplinas estarão orientadas por um repensar das identidades, discursos e

práticas que representam, em muitos aspectos historiográficos e culturais, o processo de subordinação vivenciado pelas Nações colonizadas pela Europa.

Neste sentido, as disciplinas do grupo temático de História estarão estruturadas pela discussão sobre este decurso, bem como pela concepção de descolonização do saber e poder, enquanto instrumentos de engajamento sócio-político-educacional. Complementa-se à essa reflexão a perspectiva de batalhas de memória em que percebemos grandes momentos de histórias diversas e plurais sendo esquecidas ou silenciadas. A visibilidade de tais histórias por meio de diferentes expressões de narrativas e identidades, diferentes das consideradas hegemônicas, traz um tom novo a essa discussão. Considera-se também que a promoção desta percepção se apresenta imprescindível para a compreensão e vivência da diversidade cultural, étnica, de gênero e educacional, desafio monumental no contexto de formação docente em História, especialmente àquela articulada à valorização dos sujeitos silenciados pela historiografia eurocentrada.

A proposta de inserção da reflexão geográfica no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) será pautada pela perspectiva de criar subsídios para a formação de professores de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental, perpassando um leque de disciplinas que têm o duplo objetivo de apresentarem o domínio teórico conceitual de temáticas que são preconizadas pelos currículos oficiais nessa etapa da Educação Básica, ao mesmo tempo em que pretendem criar perspectivas práticas e vivenciais de ensino-aprendizagem dos temas estudados. Neste sentido, a maioria das disciplinas temáticas carrega consigo um componente prático que visa estabelecer um diálogo imediato entre os conteúdos aprendidos e suas metodologias e práticas de ensino.

Valoriza-se o ensino de geografia na perspectiva de construir a compreensão sobre a interdependência e a coimplicação entre território, espaço, poder, sociedade e ambiente.

Duas estratégias são adotadas para cumprir esta finalidade. Em primeiro lugar, disciplinas que visam discutir, de modo amplo, as dinâmicas territoriais; fronteiras geográficas, políticas e geopolíticas; globalização, redes e blocos de poder; processos de regionalização e conceitos de região; divisão internacional e espacial do trabalho; identidades territoriais e multiterritorialidades e o estudo dos aspectos físico-naturais do território, etc. Em segundo, disciplinas que valorizam a perspectiva sociocultural do ensino de geografia, que se efetiva por meio de pesquisas e trabalhos de campo, que visam trazer à tona temas geradores do domínio teórico-conceitual da geografia, que possam ser úteis em reflexões críticas e na superação das situações-limite e das contradições territoriais, demográficas, econômicas, políticas, sociais, urbanísticas, industriais, agrícolas, ambientais etc. Neste

sentido, pretende-se desenvolver um curso de formação de professores de Geografia comprometidos com a transformação social.

Para cumprir a meta de formar professores de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental propõem-se ainda disciplinas que construam uma base sólida dos domínios teórico-conceituais que constituem as complexas interfaces da Geografia Física, tais como: Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Hidrologia, Biogeografia, Pedologia, incluindo também fundamentos de geodésia e da cartografia aplicados em situações de ensino-aprendizagem específicos para o universo escolar, considerando esta etapa da Educação Básica.

Com as perspectivas supracitadas acena-se com a possibilidade do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas formar professores que compreendam a complexidade e a interdependência entre território, espaço, poder, sociedade e ambiente, de modo a possibilitar atuação com forte base teórico-conceitual, metodológica e prática na docência em Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental.

É preciso considerar que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, através da sugestão gráfica de um perfil de formação, considerando disciplinas obrigatórias e de opção limitada, prevê interfaces e interconexões com os domínios teórico-conceituais referentes às disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia. Acredita-se que tanto uma base sólida dos domínios teórico-conceituais, quanto das metodologias e das práticas de ensino referentes aos componentes curriculares de Filosofia, Sociologia e Psicologia são imprescindíveis para composição e desenvolvimento do ensino de Ciências Humanas em uma perspectiva fortemente interdisciplinar e inclusiva. Salienta-se também que, em cursos de formação de professores, a inclusão de discussões a respeito do ensino de Filosofia, de Sociologia e de Psicologia são fundamentais para fomentar pesquisas em uma área do conhecimento que tem tímida produção científica, sobretudo em relação ao atendimento da etapa do Ensino Fundamental.

Observa-se ainda que da maneira como se configura o curso de Licenciatura em Ciências Humanas possibilita a incorporação de inúmeras outras licenciaturas específicas, as quais conferirão àqueles que cursarem este terceiro nível de formação, uma segunda titulação – permitindo a atuação no Ensino Médio.

No caso do terceiro nível de formação supramencionado, apesar de o Ensino Médio estar fora do escopo de atuação da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), é possível reconhecer um novo salto de qualidade na formação, em relação ao modelo dos cursos de licenciatura vigentes na UFABC. Trata-se de lembrar a que a Lei nº 13.415/2017,

promulgada em 16 de fevereiro de 2017, inclui o artigo 35-A, que vai complementar o artigo 35 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que passará a normatizar o currículo e o oferecimento do Ensino Médio por áreas do conhecimento: I- linguagens e suas tecnologias; II- matemática e suas tecnologias; III- ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas.

Apesar do iminente risco de precarização do Ensino Médio devido ao oferecimento por áreas do conhecimento, de acordo com as possibilidades dos sistemas de ensino, é preciso destacar que a introdução do artigo 35-A na Lei nº 9.394/1996 e a nova redação do artigo 36 dada pela Lei nº 13.415/2017 criam novas demandas para os cursos de formação de professores, obrigando-os a se repensarem em favor de uma perspectiva interdisciplinar, que possa, desde o início, formar o(a) licenciando(a) para o ensino por áreas de conhecimento, e não mais para atuar em disciplinas específicas, como funcionava a organização do currículo do Ensino Médio até a promulgação da Lei nº 13.415/2017.

Neste sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), tendo por princípio oferecer uma sólida formação interdisciplinar na área de Ciências Humanas, representa uma inovação no modelo de curso de formação de professores, atendendo o disposto pela Lei nº 13.415/2017, em relação ao novo modelo de organização curricular do Ensino Médio, no que tange à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Três outras inovações acompanham a proposta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), que não são conhecidas em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ambas se configuram pela importância política, social e cultural da área de Ciências Humanas para a educação não formal e dos Direitos Humanos, a educação especial inclusiva e a valorização da pluralidade étnico-racial brasileira. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC prevê a inserção do âmbito da educação não formal e das discussões relativas aos Direitos Humanos de forma transversal ao conjunto de disciplinas e, mais especificamente, na criação de um grupo de disciplinas de opção limitada com temática centrada nestas questões.

Foi a Lei nº 9.394/1996 que abriu caminho para o reconhecimento dos processos educativos que ocorrem em espaços não formais, a partir da seguinte definição do artigo primeiro: "*A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*" (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, Art. 1º). Admitindo que ocorrem processos educativos para além da educação escolar e institucionalizada, a educação não formal foi lançada pela

LDB agregando inúmeras dimensões (família, comunidade, movimentos sociais e culturais, organizações de trabalhadores etc.), relacionadas às práticas educativas que não ocorrem nas instituições formais de ensino.

Esta abertura dada pela LDB deu impulso para que, em 2003, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) representasse um marco do processo de construção de um significado profundamente político da educação não formal. Reiterando e ampliando as concepções e valores sociopolíticos da educação não formal, a versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, dá a seguinte definição:

Permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 43)

À luz das definições contidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, deve-se compreender a educação não formal como:

a) mobilização e organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação; b) instrumento fundamental para a ação formativa das organizações populares em direitos humanos; c) processo formativo de lideranças sociais para o exercício ativo da cidadania; d) promoção do conhecimento sobre direitos humanos; e) instrumento de leitura crítica da realidade local e contextual, da vivência pessoal e social, identificando e analisando aspectos e modos de ação para a transformação da sociedade; f) diálogo entre o saber formal e informal acerca dos direitos humanos, integrando agentes institucionais e sociais; g) articulação de formas educativas diferenciadas, envolvendo o contato e a participação direta dos agentes sociais e de grupos populares. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 44)

O conjunto destas definições e as inúmeras possibilidades de intervenção social criadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos evidenciam a importância da área de Ciências Humanas assumir, em um curso interdisciplinar de formação de professores em Ciências Humanas, a atuação de seus licenciandos(as) nos processos sociopolíticos de educação não formal.

Para a devida implantação do sistema educacional inclusivo é necessária a garantia da formação inicial e continuada de professores que atuam na educação brasileira, de modo a garantir o aspecto transversal que envolve a educação especial inclusiva, além de cumprir a Meta nº 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014 – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências) que visa “universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. Entende-se, conforme a Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos desse segmento aqueles que “[...] em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: “I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial”.

Desse modo, cabe à formação inicial dos professores capacitá-los para atuar nas classes comuns com alunos público-alvo da educação especial e inclusiva, conforme recomendações do ordenamento jurídico nacional, a despeito dos dados identificados no estudo de Monico, Morgado e Orlando (2018). Dentre seus resultados, aponta que os estudos encontrados se ativeram à análise dos conteúdos curriculares das licenciaturas e o conhecimento dos alunos no que diz respeito à disciplina de Libras. Há assim, indícios de que não se tem dado a devida atenção, por parte das instituições de educação superior, para a disciplina de educação especial inclusiva, apenas o cumprimento legal na área do ensino de Libras, por isso em nosso PPC a educação especial e inclusiva também ganha destaque.

Ademais, a estratégia 4.16 da meta 4 do PNE (Brasil, 2014) destaca, ainda, a urgência de garantir a inclusão, nos “cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2014). Como forma de corroborar tais argumentos, o Capítulo 4 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2016) que tece sobre o direito à Educação, especificamente, no Art. 28, que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”: “X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”.

Considerando o tripé estabelecido no PDI da UFABC (2013-2022) “formado pela interdisciplinaridade, pela excelência e pela inclusão” (p. 115) e a urgência de responder rapidamente às constantes mudanças na sociedade e na tecnologia, por meio de ações inclusivas que envolvam o acesso e a permanência de todos os estudantes, no âmbito da universidade pública brasileira, garante-se por meio do presente projeto pedagógico a implementação da educação especial inclusiva enquanto modalidade transversal de ensino, no curso de formação inicial de licenciatura.

Além de todos os aspectos levantados uma formação que atenda a pluralidade étnico/racial do nosso país também será prioridade neste projeto pedagógico, em atenção as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que emendam a LDB no tocante a garantia nos conteúdos curriculares da história e cultura africana e afrodescendente e história e cultura indígena, respectivamente. Essa prioridade se justifica pela significativa contribuição cultural, filosófica, científica, econômica e social das populações autóctones, assim como àquelas oriundas do continente africano, que em 2015 compunham 54% da população, segundo dados do IBGE.

É importante ressaltar que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) tem uma importantíssima missão social e educacional para que se cumpra a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo

menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Plano Nacional de Educação (2014-2024), meta 6). Por educação integral, o PNE entende o acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, inclusive cultural e esportivo, de modo que o tempo de permanência na escola passe a ser igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o ano letivo.

Em relação ao oferecimento de educação integral, os dados do observatório para a meta 6 do PNE⁹, referente ao município de São Bernardo do Campo, são alarmantes: dos 383 estabelecimentos de Educação Básica, com total de 190.990 matrículas (2014), a porcentagem de matrículas na rede pública em tempo integral na Educação Básica é de apenas 2,6% (968 matrículas), sendo que esta taxa para o Ensino Fundamental, segundo dados de 2016, é de 7,7% (5.776 matrículas).

Estes dados evidenciam o impacto local do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) para o município de São Bernardo do Campo, o que possivelmente viabiliza um estreitamento dos laços entre a UFABC e a Secretaria Municipal de Educação, que poderá absorver profissionais da educação aptos para trabalharem junto à projetos, oficinas e ações para implementação de uma educação integral de qualidade para o município.

Em relação às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que oferecem cursos de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, em 2019 destacam-se: a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB - *Campus* Jorge Amado/Itabuna, *Campus* Sosígenes Costa/Porto Seguro, *Campus* Paulo Freire/Teixeira de Freitas) que possui o curso de “Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias”¹⁰, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA - *Campus* São Borja) que tem o curso de

⁹ Consultar o sítio do Observatório do PNE, para a meta 6, por localidade, no endereço: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/6-educacao-integral/dossie-localidades>

¹⁰ A proposta do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias da UFSB entende que a interdisciplinaridade na formação docente propiciará o redesenho curricular, cujo objetivo é a organização do ensino por áreas de conhecimento. Destina-se à formação interdisciplinar de professores para a Educação Básica, especificamente para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso funciona em sete etapas: 1) **Etapla de formação geral**: corresponde aos três primeiros quadrimestres do curso, comuns a todas as Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) e Bacharelados Interdisciplinares (BIs) (900 horas); 2) **Etapla de formação pedagógica**: trata-se de um núcleo comum da educação, que faz parte de todas as LIs, contendo os seguintes componentes curriculares: Libras; Bases epistemológicas da educação; Políticas públicas educacionais e gestão escolar; Educação ambiental e sustentabilidade; Educação e direitos humanos; Educação, gênero e diversidade sexual; Educação e relações étnico-raciais; Educação inclusiva (330 horas); 3) **Eixo teórico-metodológico**: composto por três componentes curriculares, compartilhados com o BI-Humanidades, que visam o debate teórico-metodológico dentro das Ciências Humanas e Sociais: Bases filosóficas e epistemológicas das humanidades; Interdisciplinaridade: teoria e método; Metodologias Interdisciplinar em Ciências Humanas (180 horas); 4) **Seminários temáticos**: são componentes curriculares cuja premissa básica é o aprofundamento de conceitos e teorias, em articulação com o mundo contemporâneo e com o campo da educação, privilegiando os temas transversais: Ideologia e Poder; Tempo e sociedade; Complexidade e humanidades; Fundamentos da pluralidade imagética; Educação, memória e identidade; Temas em teoria social; África, diáspora e culturas afro-brasileiras; Violência e subjetividade (300 horas); 5) **Formação livre** (210 horas); 6) **Componentes curriculares de práticas**: são configurados pelos Laboratórios Interdisciplinares e Interculturais que articulam teoria e prática, a partir da problematização das diferentes realidades escolares, sendo divididos em: Educação para as diferenças; Pedagogias ativas; Planejamento e avaliação; Análise de material didático; Temas transversais e contemporâneos; Aspecto do desenvolvimento humano (405 horas); 7) **Optativos** (300 horas). O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias está disponível no sítio: <http://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/UFSB-PPC-LI-CienciasHumanasSociais-20161.pdf>

graduação em “Ciências Humanas – Licenciatura”¹¹ e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA - *Campus* Pinheiro) que possui o curso de “Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História”¹².

Considerando o oferecimento de cursos de licenciaturas interdisciplinares em Ciências Humanas em outras IFES, cabe salientar que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC tem maior afinidade com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias, oferecido pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), havendo, inclusive, nas duas propostas de cursos, a passagem por uma etapa inicial, contendo um núcleo comum ligado ao campo da educação e à área de formação de professores, configurando uma matriz comum para as Licenciaturas Interdisciplinares (LIs). É possível perceber ainda que as matrizes curriculares dos cursos das duas universidades dialogam bastante, tanto em relação às temáticas interdisciplinares, quanto na tentativa de superar a contradição entre teoria e prática, de modo a erradicar a herança do obsoleto modelo "3+1".

É preciso concluir apresentando que em nenhum curso pesquisado há menção sobre a formação de profissionais da educação para atuação na área de Ciências Humanas, considerando as práticas socioeducativas da educação não formal. Por oferecer um perfil interdisciplinar para formação de professores, na área de Ciências Humanas, com atuação na Educação Básica, e por expandir a formação para atuação na educação não formal, o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas (LCH) da UFABC justifica-se por sua importante inserção nacional, regional e local.

¹¹ O curso de Ciências Humanas - Licenciatura da UNIPAMPA visa a formação de profissionais de ensino, capacitados para atuarem como professores em nível de Educação Básica: Ensino Fundamental, séries finais de 6º a 9º ano, nas áreas de História e Geografia; e no Ensino Médio nas áreas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. O currículo do curso está organizado tendo em vista três eixos articuladores: 1) Verticalidade: organização cumulativa e coerente de conteúdos e atividades disciplinares, reunidos em torno de cinco áreas, a saber: Educação, Humanidades, Filosofia, História, Sociologia e Geografia; 2) Horizontalidade: integração entre conteúdos e métodos dos componentes curriculares; 3) Flexibilização: após a aquisição dos conteúdos comuns para todas as áreas que compõem o currículo, cria-se a possibilidade de escolha na formação acadêmico-profissional, através da oferta de componentes curriculares complementares e de atividades complementares individualizadas. Dentre os componentes curriculares que, segundo o Projeto Pedagógico da UNIPAMPA, foram criados em uma perspectiva interdisciplinar, destacam-se: Formação social, política e cultural do Brasil; Cartografia, documentos e patrimônio; Temporalidade, sociedade e espaço; Geografia física e humana; Estudos geo-históricos regionais; Modernidade e meio ambiente; Ética nas organizações educativas; Cidadania, direito e problemas sociais. O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências Humanas - Licenciatura está disponível no sítio: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/files/2015/07/PPC-CH-ultima-vers%C3%A3o-01-abril.pdf>

¹² O curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da UFMA é uma proposta de formação interdisciplinar de professores da área de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e de História para atuarem no Ensino Médio. A organização curricular do curso é composta pelos seguintes núcleos: 1) Núcleo de Formação Básica: corresponde aos conteúdos de natureza científico-cultural das áreas do conhecimento que serão objeto de atuação profissional do licenciado em Ciências Humanas/História no Ensino Fundamental; 2) Núcleo de formação livre; 3) Núcleo de formação específica: corresponde ao conteúdo de natureza científico-cultural da área do conhecimento que será objeto de atuação profissional do professor História no Ensino Médio; 4) Núcleo de formação pedagógica: corresponde às disciplinas pedagógicas e atividades de práticas pedagógicas; 5) Práticas pedagógicas: corresponde à observação e intervenção no cotidiano escolar, no currículo e na organização do trabalho pedagógico na educação básica; 6) Eixos articuladores: é eleito para cada ano de curso um eixo integrador para coordenar o grupo de disciplinas e atividades que serão ofertadas (pauta-se na ideia de que a interdisciplinaridade carrega consigo sentidos construídos nas histórias vividas, nos diferentes pontos de vista teórico-metodológicos acerca de um mesmo objeto). O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociais/História está disponível no sítio <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/611dwtZiVsbEKhE.pdf>

Referências

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*/coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim [et al.]. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.
- BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de março de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n. 02/2015*, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 2 de julho de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&Itemid=30192. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei 13.415/2017*, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, p. 1, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

BRASIL. (2014). *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva>>.

Acesso em: 13 de mar. de 2018.

BRASIL. (2016). *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. (2003) *LEI 10.639/2003*; Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em 23.mar. de 2019.

BRASIL (2008) *LEI 11.645/2008*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 23 de mar. de 2019.

BRASIL. (2002). *LEI 10.436/2002*; Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

DECRETO. 5626, de 22 de dezembro de 2005.

DECRETO BR n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre o Programa Mais Educação*. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, n. 18-A, p. 8-12, 27 de janeiro de 2010. Edição extra, seção 1, p. 2-3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Aceso em 28 de fevereiro de 2018.

MONICO, P. A. M., Saraiva, L. A., & Orlando, R. M. (2018). Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 41-48.

PARECER DO N.º: CNE/CP 003/2004 do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicado como Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004 em “Despacho do Ministro” no Diário Oficial da União em 19/5/2004.

Brasil. (1996). Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833.

UFABC. (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022*. Acesso em 26 jan 2019. Disponível em: <http://propladi.ufabc.edu.br/images/PDI/livro_pdi.pdf>

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

Com respaldo na Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015 e na Base Nacional Comum Curricular, o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC tem por objetivo formar professores para atuar na Educação Básica, na área de Ciências Humanas, em especial no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais). Por sua matriz curricular com forte caráter interdisciplinar entre as Ciências Humanas, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) visa também formar professores para que se cumpra a nova exigência de organização curricular do Ensino Médio, por áreas de conhecimento, conforme preconizado pela Lei no 13.415/2017.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Em relação aos objetivos específicos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), destacam-se:

- 1) Formar professores para atuarem em História e Geografia, que compõem a área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental II (Etapa do Ensino Fundamental: anos finais);
- 2) Garantir uma sólida formação interdisciplinar em Ciências Humanas, em consonância com suas metodologias e práticas de ensino, de modo a formar professores para atuação no Ensino Médio, junto à área normatizada pela Lei no 13.415/2017 como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ressalva-se que, neste caso, a formação deverá ser complementada com a opção por um curso pós-LCH (nível 3), que habilita a atuação no Ensino Médio (restrita à Licenciatura em Filosofia, até o momento);
- 4) Formar professores habilitados à temáticas que perpassam a educação não formal e os Direitos Humanos, prevendo sua atuação em situações de vulnerabilidade, precariedade e risco social, violação dos direitos humanos e reintegração social, com perspectivas de intervenção em espaços não formais, chamadas públicas, setor privado, instituições filantrópicas e terceiro setor, que desenvolvem ações socioeducativas, sobretudo no que se refere à criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos, oficinas e ações que contemplem práticas educativas e educação não formal.

5) Garantir uma formação de professores que dialogue com a diversidade étnico-racial brasileira, através de suporte teórico, como também, em práticas de inserção político-social do licenciando na realidade escolar. Este objetivo se articula com a proposta de reflexão histórica da descolonização dos saberes e poderes, rompendo com a perspectiva eurocêntrica nas narrativas históricas.

6 REQUISITO DE ACESSO

6.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O processo seletivo para os cursos de graduação da Universidade Federal do ABC é anual, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU-MEC). As vagas oferecidas são preenchidas em uma única fase, utilizando o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹³.

O acesso à Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) é realizado a partir de uma Área Básica de Ingresso¹⁴, identificada por Licenciaturas interdisciplinares (LI). A LI, como área básica de ingresso, não confere diplomação. O discente ingressante na UFABC via LI cursará um rol de disciplinas comuns a todos os cursos de licenciatura. Após este período, ele escolherá uma das licenciaturas interdisciplinares – Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) e Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) – cursando disciplinas obrigatórias em sua área, organizadas em, aproximadamente, dois quadrimestres. Estas duas Licenciaturas (LCNE e LCH) conferem diplomação e habilitam o egresso a lecionar na Educação Básica, respectivamente, nas grandes áreas de Ciências Naturais e Exatas e de Ciências Humanas.

Dentre as Políticas Institucionais Fundamentais da UFABC, consta a “Possibilidade de graduação em mais de um curso de formação específica, além do Bacharelado ou Licenciatura Interdisciplinar de ingresso” (UFABC, 2017, p. 51). Os cursos específicos de Licenciatura da UFABC estão vinculados a uma das duas Licenciaturas Interdisciplinares (LCN e LCH), permitindo ao estudante definir um percurso acadêmico de formação em paralelo em uma Licenciatura Interdisciplinar e uma Licenciatura específica, caso deseje. Como as licenciaturas específicas conferem diplomação aos egressos, cada egresso terá possibilidade de obter, pelo menos, dois diplomas de graduação – um referente a uma licenciatura interdisciplinar e outro referente a uma licenciatura específica.

A matrícula em um dos dois cursos de Licenciaturas Interdisciplinares se dará a partir da metade do primeiro ano, por meio de chamada pela Pró-Reitoria de Graduação.

O Processo de Admissão por Transferência Facultativa da UFABC está regulamentado pela Resolução ConsEPE nº 174, de 24 de abril de 2014. Anualmente, através

¹³ Cf.: <<http://sisu.mec.gov.br/>>Acesso: abril de 2016>. Acesso: 06 abr. 2018.

¹⁴ **Área Básica de Ingresso** - Designa uma situação em que uma única “entrada” possibilita ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de “ciclo básico” por algumas instituições de educação superior), a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. É comum em cursos cuja entrada é única para licenciatura ou bacharelado (história, física, geografia, etc.); ou em cursos como os de letras, que disponham de várias formações acadêmicas vinculadas (BRASIL, 2017).

de edital específico, são oferecidas vagas remanescentes nos diversos cursos oferecidos pela UFABC.

Há ainda a possibilidade de transferência obrigatória *ex officio*, prevista em normas específicas (Art. 99 da Lei 8.112, 11 dez. 1990; Art. 49 da Lei 9.394, 20 dez. 1996, regulamentada pela Lei 9.536, 11 dez. 1997; e Resolução ConsEPE nº 10, 22 abr. 2008).

6.2 REGIME DE MATRÍCULA

O ano letivo na UFABC é dividido em três quadrimestres. A matrícula dos estudantes ingressantes é efetuada automaticamente pela Secretaria Acadêmica, conforme a Resolução ConsEPE nº 219, 16 de março de 2017. Nos quadrimestres posteriores, o estudante deverá realizar sua matrícula indicando, antes do início de cada quadrimestre letivo, as disciplinas que deseja cursar no período. O período de matrícula para o quadrimestre letivo é determinado pelo calendário acadêmico da UFABC.

Os estudantes podem solicitar ajustes de matrícula, que ocorrem em duas etapas, de acordo com o fluxo de matrículas em disciplinas de graduação. Após o início do período letivo, o estudante ainda poderá solicitar o cancelamento de matrícula em disciplinas.

Destaca-se que mesmo não havendo pré-requisitos para a matrícula em disciplinas, recomenda-se que o estudante procure seguir a matriz sugerida no projeto pedagógico do curso. A partir do segundo quadrimestre, o estudante deve atentar aos prazos máximos para progressão, integralização e jubilação nos cursos de graduação e aos critérios de desligamento, regulamentados pela Resolução ConsEPE nº 166, de 8 de outubro de 2013.

7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas estará apto a se inserir profissionalmente como docente na Educação Básica, ministrando aulas de História e Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental, tanto na rede pública de ensino quanto na rede privada. Este profissional também estará apto para atuar na área de Ciências Humanas do Ensino Médio, caso realize a formação no terceiro nível proposto, ou seja, um curso pós-LCH.

Levando-se em consideração as competências gerais estabelecidas para a formação de professores constantes nos Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, no Parecer INEP 253, de 2 de junho de 2014, e na Resolução CNE/CP nº 2, de 1 julho de 2015, vislumbram-se algumas capacidades esperadas do egresso de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC.

Na dimensão sociopolítica, ter consciência da importância social da sua profissão e do sentido público da docência; ter postura crítica face a sua realidade social e participar das tomadas de decisões a respeito dos rumos da sociedade como um todo, lidando com questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. O licenciado poderá promover uma prática educativa que identifique e leve em conta as características de seu meio de atuação, suas necessidades e desejos, bem como poderá envolver-se na comunidade escolar por meio de ações colaborativas.

Na dimensão pedagógica, espera-se que o egresso possa atuar de modo a reconhecer e considerar a complexidade do fenômeno educativo, transformando seus conhecimentos acadêmicos específicos em conhecimentos didáticos, pedagógicos e escolares, úteis para a vida dos discentes. O egresso poderá atuar em diferentes contextos de seu âmbito profissional, fazendo uso de recursos técnicos, materiais didáticos e metodológicos variados, estando habilitado para enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão ao adotar uma atitude de pesquisa baseada na ação-reflexão-ação sobre a sua própria prática, em prol do seu aperfeiçoamento e da aprendizagem dos alunos.

Na dimensão pessoal e profissional, supõe-se que o egresso saiba gerenciar seu desenvolvimento profissional, formulando e propondo soluções a problemas das Ciências Humanas que emanam dos diversos campos do conhecimento. Espera-se que saiba dar vazão ao exercício da crítica na promoção integral da cidadania e do respeito à pessoa, conforme a tradição de defesa dos direitos humanos. Deverá possuir a capacidade crítica para analisar os

seus próprios conhecimentos, assimilar os novos conhecimentos e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico, político. É necessário também que acompanhe as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade. Por fim, presume-se que tenha habilidades que o capacitem para o desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de estar preparado para atuar como pesquisador.

Nesses termos, pretende-se que o egresso da Licenciatura em Ciências Humanas tenha uma formação alicerçada na experimentação intensiva da vida escolar e de espaços educativos diversos, sendo capaz de produzir vivências e encontros significativos e criar reinvenções dos modos usuais e clichês de ver, perceber, vivenciar, ler e interpretar a escola, a educação e o próprio processo formativo.

Espera-se que o egresso tenha como competência, em relação à comunicação e expressão, a identificação e busca por fontes de informações relevantes para a área de Ciências Humanas, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica. Dando a devida importância à leitura, compreensão e interpretação de textos científico-tecnológicos.

Por fim, poderá também o egresso da Licenciatura em Ciências Humanas prosseguir sua formação realizando estudos de pós-graduação na própria UFABC ou em outras instituições, que lhe possibilitarão o exercício de atividades docentes e de pesquisa em instituições de ensino superior.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os seguintes documentos são utilizados para a fundamentação legal do curso:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. 2010. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bacharelados-interdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasilia.pdf. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES n° 266, de 5 jul. 2011*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP n° 003, de 10 mar. 2004*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 04/04/2019

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos

Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010*. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.622*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622compilado.htm. Acesso em 30 de junho de 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Projeto Pedagógico**. Santo André, 2017. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/consuni/atos_decisorios/ato-decisorio-150-revisao-do-projeto-pedagogico-institucional.pdf (Ver Anexo no Ato Decisório). Acesso em 04/04/2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Santo André, 2013. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7880%3Aresolucao-consuni-no-112-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2022&catid=226%3Aconsuni-resolucoes&Itemid=42. Acesso em 04/04/2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Manual do Aluno**. Santo André, 20XX. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf (obs: referenciar o manual mais atual em relação ao ano de elaboração do PPC).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do

art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 jul. 2010*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 04/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

8.2 REGIME DE ENSINO

A Licenciatura em Ciências Humanas é um curso interdisciplinar e contempla disciplinas comuns à Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, em uma estrutura quadrimestral que possibilita organizações curriculares flexíveis, de modo que o estudante pode traçar sua trajetória acadêmica de forma autônoma, responsável e de acordo com seus próprios interesses.

O estágio curricular supervisionado enquanto componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas também é contemplado, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

A prática pedagógica é contemplada não somente nos estágios supervisionados, mas também nas diferentes disciplinas pedagógicas e específicas, que possibilitam que o licenciando possa atuar nos anos finais do Ensino Fundamental.

O regime de ensino é quadrimestral e o prazo sugerido para a integralização do curso de Licenciatura em Ciências Humanas é de 12 quadrimestres (4 anos letivos).

Em face aos objetivos gerais e específicos do curso, e observando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, e na Resolução CNE/CP nº 2 de 1 julho de 2015, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC está estruturado de acordo com os seguintes núcleos formativos (e articulações):

Núcleo I: núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Neste núcleo articulam-se:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico- sociais utilizados pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Núcleo II: de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportuniza, entre outras possibilidades:

- a) estudo dos conteúdos específicos de História e Geografia, bem como sua articulação com as áreas de Filosofia, Sociologia e Psicologia.
- b) valorização das discussões transversais das áreas de Educação em Direitos Humanos, da Educação não formal e da Educação inclusiva.
- c) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- d) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- e) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- f) aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental- ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Núcleo III: de estudos integradores para enriquecimento

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ainda segundo a Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, os cursos de formação inicial do magistério da Educação Básica em Nível Superior devem ter, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I – 400 (quatrocentas) horas de **prática como componente curricular**, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao **estágio supervisionado**, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às **atividades formativas** estruturadas pelos núcleos I e II e suas articulações;
- IV – 200 (duzentas) horas de **atividades teórico- práticas** de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins.

As considerações legais supracitadas orientam a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, a qual contempla os três núcleos formativos supra referidos e busca garantir, através de disciplinas obrigatórias e de disciplinas de opção limitada, a formação nos fundamentos e metodologias relacionados aos fundamentos da educação; a formação na área de políticas públicas e gestão da educação considerando seus fundamentos e metodologias; a promoção da discussão de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero e sexual e a questão ambiental; a Língua Brasileira de Sinais

(LIBRAS), a educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de disciplinas específicas as áreas do conhecimento histórico e geográfico.

Em busca da concretização destes princípios, o regime de ensino conta com estratégias que valorizam a relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos para o desenvolvimento dos conhecimentos e saberes profissionais necessários à docência.

Finalmente, o estágio curricular supervisionado, enquanto componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, é uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática profissional e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Segue, nos próximos tópicos, o detalhamento da proposta curricular para o curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC.

8.3 ESTRUTURA GERAL

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC pretende oferecer um currículo diferenciado, tendo como características fundamentais uma formação diversificada e ampla com relação aos conhecimentos da área de Ciências Humanas, bem como uma preocupação com a práxis docente desde o início do curso.

Independente do desenho da matriz curricular, que é bastante flexível para os cursos de licenciatura da UFABC, há obrigatoriamente um conjunto mínimo de créditos (Quadro 1) a serem cumpridos para a conclusão de Licenciatura em Ciências Humanas, em conformidade com a Resolução CNE nº 2, de 01 de julho de 2015.

Quadro 1 – Integralização em créditos e horas do curso de Licenciatura em Ciências Humanas

Componentes curriculares	Créditos	Horas	
Disciplinas obrigatórias (exceto práticas como componentes curriculares)	66	792h	2208h
Opção limitada (exceto práticas como componentes curriculares)	80	960h	
Livres	38	456h	

Práticas como componentes curriculares em disciplinas obrigatórias	20	240h	408h
Práticas como componentes curriculares em disciplinas de opção limitada	14	168h	
Estágio supervisionado		400	
Atividades teórico práticas		200	
Total		3216h	

A Resolução CNE nº 2, de 01 de julho de 2015, prevê 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins (cf. Item 10 deste Projeto Pedagógico).

8.4 DISCIPLINAS

A UFABC considera três possíveis naturezas para as disciplinas de seus cursos de graduação: obrigatória, opção limitada e livre.

As disciplinas são identificadas como Nome da disciplina (T – P – I), onde:

- T indica o número de horas semanais de aulas teóricas presenciais;
- P indica o número médio de horas semanais presenciais de trabalho de laboratório, aulas práticas ou aulas de exercícios;
- I indica uma estimativa de horas semanais adicionais de trabalhos e estudos extraclasse, necessárias para o bom aproveitamento da disciplina.

A contagem dos créditos é feita pela somatória entre os números correspondentes à T e P, e cada crédito equivale a doze horas (12) de aulas e atividades.

Os componentes curriculares apresentados no Quadro 1 são explicitados em detalhes nos quadros que seguem (sendo que as disciplinas obrigatórias pertencem ao grupo de disciplinas que devem necessariamente ser cursadas com aprovação para a integralização do curso). O quadro 2 apresenta as disciplinas compartilhadas entre LCNE e LCH, constituindo a LI; sendo o quadro 3 referente às disciplinas específicas da LCH. Os quadros 4 a 8

apresentam os conjuntos de disciplinas de opção limitada por grupo temático, conforme exposto abaixo.

Das disciplinas abaixo relacionadas, aquelas assinaladas com * referem-se às novas criadas no âmbito deste projeto ou às já existentes que estão sendo ajustadas. O detalhamento destas ementas encontra-se no anexo do presente documento. Todas as demais disciplinas estão propostas conforme o catálogo da UFABC disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/catalogo_disciplinas_graduacao_2016_2017.pdf.

8.4.1. Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias para o curso de LCH estão apresentadas nos quadros 2 e 3, perfazendo o total de 86 créditos (1032 horas).

Quadro 2 - Disciplinas obrigatórias comuns às Licenciaturas Interdisciplinares

Código	Nome	T	P	I	Créditos
BIR0603-15	Ciência, Tecnologia, Sociedade	3	0	4	3
	Desenvolvimento e Aprendizagem* (PCC)	2	2	4	4
	Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva* (PCC)	2	2	4	4
	Metodologias de Pesquisa em Educação*	2	0	4	2
BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	2	2
NHZ2099-16	Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia	4	0	4	4
BIQ-0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	4	3
	Políticas Educacionais* (PCC)	2	2	4	4
NHI5015-15	Libras (PCC)	4	0	4	4
	História da Educação*	4	0	4	4
	Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação* (PCC)	0	2	2	2
BIR 0004 - 15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	4	3
BHQ-0002-15	Estudos Étnicos Raciais	3	0	4	3

	Didática* (PCC)	2	2	4	4
TOTAL					46 (552h)

Quadro 3 - Disciplinas específicas da Licenciatura em Ciências Humanas

Código	Nome	T	P	I	Créditos
	História, Eurocentrismo e Pós-Colonialismo*	4	0	4	4
BH1347	Estudos do Meio Físico	4	0	4	4
DHBHS000217	Diálogos Interdisciplinares	4	0	4	4
	Teoria da História I*	4	0	4	4
BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	4	4
BHQ-0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	4	4
BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	4	4
BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	4	4
	Laboratório de Práticas Integradoras I* (PCC)	0	4	4	4
	Laboratório de Práticas Integradoras II* (PCC)	0	4	4	4
TOTAL					40 (480h)

Em relação as disciplinas de práticas como componentes curriculares, sendo estas as obrigatórias: “Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva” e “Tecnologias da Comunicação e Informação”, “Bases Computacionais da Ciência, “Desenvolvimento e Aprendizagem”, “Didática”, “Políticas Educacionais” e Laboratório de Práticas Integradoras I e II, totalizando 20 créditos (240 horas) neste quesito.

A fim de totalizar as 408 horas de práticas como componentes curriculares exigidas, o estudante deverá integralizar 14 créditos (168 horas) por meio de disciplinas de opção limitada do grupo temático “Práticas de Ensino”.

8.4.2. Disciplinas de Opção Limitada e Opção Livre

As disciplinas de opção limitada são aquelas obrigatórias dos demais cursos de licenciatura da UFABC, bem como outras disciplinas relacionadas a aspectos relevantes para a formação do professor da Educação Básica que são explicitadas no decorrer da presente seção.

As disciplinas de opção limitada estão organizadas em grupos temáticos, em conformidade com os eixos do conhecimento a que se vinculam, sendo eles: 1. Grupo Temático de História, 2. Grupo Temático de Geografia, 3. Grupo temático de Filosofia, Sociologia e Psicologia; 4. Grupo Temático de Educação em Direitos Humanos e 5. Grupo Temático de Práticas em Ensino. Os grupos consideram, de um lado, a função para a formação acadêmica e profissional quanto ao ensino e, de outro, a possibilidade de estender a interdisciplinaridade transcendendo a matriz curricular obrigatória. A composição de cada grupo e a correspondente escolha de disciplinas por parte do estudante permite avançar na constituição de perspectivas transversais e interdisciplinares para a formação do licenciando.

O aluno deverá cursar 22 créditos em disciplinas dos grupos temáticos 1, 2 e 3, e 14 créditos em disciplinas dos grupos 4 e 5. Em seguida, apresenta-se a descrição dos grupos de disciplinas de opção limitada.

Grupo Temático 1: História – 22 créditos

Quadro 4 - Disciplinas do Grupo Temático História

Código	Nome	T	P	I	Créditos
ESHR006	Formação Histórica da América Latina	4	0	4	4
BH1131	Formação Econômica do Brasil	4	0	4	4
ESZP035	Atores e instituições no regime militar: 1964-1985	4	0	4	4
SHT009	História da Cidade e do Urbanismo	4	0	4	4
NHZ3060	Nascimento e Desenvolvimento da Ciência Moderna	4	0	4	4
ESHR027	Trajectoria Internacional do Continente Africano	4	0	4	4
BHO-0001-	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	2	0	4	2

15					
BHO-1101	Introdução à Economia	4	0	4	4
BHO-1335	Formação do Sistema Internacional	4	0	4	4
BHO-0002	Pensamento Econômico	3	0	4	3
BHS-0001	Práticas em Ciências e Humanidades	2	2	4	4
	Diversidades e cultura no mundo ocidental*	4	0	4	4
	História Cultural*	4	0	4	4
	Afro-brasileira: relações étnico-raciais*	4	0	4	4
	Metodologia em História *	4	0	4	4
	História, Patrimônio e Memória*	4	0	4	4
	Antiguidade*	4	0	4	4
	Europa Medieval: Cultura, Política e Sociedade*	4	0	4	4
	Europa Moderna e Contemporânea: Cultura e Processos Políticos*	4	0	4	4
	Colonialismo ibérico *	4	0	4	4
	América Portuguesa*	4	0	4	4
	Brasil Independente*	4	0	4	4
	História dos povos indígenas brasileiros *	4	0	4	4
	Ásia: Cultura e Processos Sócio-Políticos*	4	0	4	4
	Ensino Interdisciplinar de História*	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					87 (1164h)
Mínimo cursado pelo(a) discente					22 (264h)

Grupo Temático 2: Geografia - 22 créditos

Quadro 5 - Disciplinas do grupo temático Geografia

Código	Nome	T	P	I	Créditos
	Geografia das indústrias e movimentos operários no ABC*	4	0	4	4
	Fundamentos do ensino de Geografia*	4	0	4	4
	Metodologia do Ensino de Geografia*	4	0	4	4
	Região e Regionalização*	4	0	4	4
	Cartografia escolar e inclusiva*	4	0	4	4
	Geografia Urbana*	4	0	4	4
	História do Pensamento Geográfico*	4	0	4	4
	Geografia Agrária*	4	0	4	4
ESHT019-17	Planejamento e política rural	4	0	4	4
ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamentos para o Planejamento Territorial	2	3	3	3
ESZU035-15	Geomorfologia	2	1	3	3
ESTU027-15	Fundamentos de Geologia para engenharia	2	1	2	3
ESHT019-17	Urbanização Brasileira	4	0	4	4
ESZT017-17	Dinâmicas territoriais e relações Étnico-raciais no Brasil	4	0	4	4
ESHT005-17	Economia do Território	4	0	3	4
ESHT003-17	Demografia	4	0	4	4
ESHT025-17	Desenvolvimento econômico e social do Brasil	4	0	4	4

ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	0	4	4
ESHR007-14	Geografia Política	4	0	4	4
ESTU023-15	Biomass Brasileiros	2	1	3	3
ESZU017-15	Sensoriamento remoto	1	3	2	4
ESZU024-15	Clima urbano	3	1	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					84 (1008h)
Mínimo cursado pelo(a) discente					22 (264h)

Grupo Temático 3: Filosofia, Sociologia e Psicologia - 22 créditos

Quadro 6: Disciplinas do grupo temático Filosofia, Sociologia e Psicologia

Código	Nome	T	P	I	Créditos
NHH2007-13	Estética	4	0	4	4
NHH2085-16	Filosofia da Arte	4	0	4	4
NHH2019-13	Filosofia da Linguagem	4	0	4	4
NHH2026-13	Filosofia no Brasil e na América Latina	4	0	4	4
NHH2028-13	Filosofia política	4	0	4	4
NHH2009-13	Ética	4	0	4	4
NHH2032-13	História da Filosofia Antiga: Aristóteles e o aristotelismo	4	0	4	4
NHH2033-13	História da Filosofia Antiga: Platão e o platonismo	4	0	4	4
NHH2034-13	História da Filosofia Contemporânea: o Século XIX	4	0	4	4

NHH2035-13	História da Filosofia Contemporânea: o século XX	4	0	4	4
NHH2086-16	História da Filosofia Medieval: do século IV ao X	4	0	4	4
NHH2087-16	História da Filosofia Medieval: do século XI ao XIV	4	0	4	4
NHH2040-13	História da Filosofia Moderna: o Iluminismo e seus desdobramentos	4	0	4	4
NHH2041-13	História da Filosofia Moderna: perspectivas racionalistas	4	0	4	4
NHI2049-13	Lógica Básica	4	0	4	4
NHH2065-13	Problemas Metafísicos: Perspectivas Modernas	4	0	4	4
NHH2073-13	Teoria do Conhecimento: Empirismo versus Racionalismo	4	0	4	4
NHH2023-16	Filosofia do ensino de filosofia	4	0	4	4
NHH2017-16	Filosofia da Educação	4	0	4	4
NHZ2027-16	Filosofia do ensino fundamental	4	0	4	4
BHP-0201-15	Temas e Problemas em Filosofia	4	0	4	4
ESHP005-13	Conflitos Sociais	4	0	4	4
	Sociologia da educação*	4	0	4	4
	Socialização e sociabilidade na sociedade contemporânea*	4	0	4	4
	Psicologia do Desenvolvimento: Infância, juventude, Vida adulta e envelhecimento*	2	0	2	4
	Psicologia da Educação: Aprendizagem*	2	0	2	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					104 (1248h)

Mínimo cursado pelo(a) discente	22 (264h)
--	----------------------

Grupo Temático 4: Educação em Direitos Humanos - 14 créditos

Quadro 7 - Disciplinas do grupo temático Educação em Direitos Humanos

Código	Nome	T	P	I	Créditos
	Educação em Direitos Humanos*	4	0	4	4
	Oficina em Cultura, Arte e Educação*	2	2	4	4
	Relação família-escola na inclusão escolar*	2	0	2	2
	Educação Não Formal, Informal e Popular*	2	2	4	4
BHO-0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	4	4
BHQ-0001-15	Identidade e Cultura	3	0	4	3
BHP-0202-15	Pensamento Crítico	4	0	4	4
ESZC013-17	Movimentos Sindicais, Sociais e Culturais	4	0	4	4
ESZP031-13	Tecnologias Sociais	4	0	4	4
ESZP008-13	Políticas Públicas de Gênero, Etnia e Geração.	4	0	4	4
ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades.	4	0	4	4
MCTD025-18	Educação Inclusiva	2	0	2	2
NHT5014-18	Política, Educação e Surdez.	4	0	4	4
ESZP022-13	Gestão de Projetos Culturais	4	0	4	4
ESZP035-14	Atores e instituições no regime militar – 1964/1985	4	0	4	4

NHZ2093-16	Corpo, sexualidade e direitos humanos.	4	0	4	4
NHH2010-13	Ética: Perspectivas contemporâneas	4	0	4	4
ESH013-13	Introdução ao Direito Constitucional	4	0	4	4
ESZR006-13	Dinâmica e Desafios dos Processos Migratórios	4	0	4	4
ESZP018-13	Ensino Superior no Brasil trajetórias e modelos institucionais	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					75 (900h)
Mínimo cursado pelo(a) discente					14 (168h)

Grupo Temático 5: Práticas em Ensino - 14 créditos

Quadro 8 - Disciplinas do grupo temático Práticas em Ensino

Código	Nome	T	P	I	Créditos
NHH2088-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Currículos	4	0	4	4
NHH2089-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Metodologias	4	0	4	4
NHH2090-16	Práticas de Ensino de Filosofia: Programas de Ensino	4	0	4	4
NHZ2092-16	Arte e Ensino	4	0	4	4
NHZ5022-18	Prática de Libras	0	4	2	4
	Práticas de Ensino de Geografia: Currículos *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de Geografia: Metodologias *	4	0	4	4

	Práticas de Ensino de Geografia: Programas de Ensino *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de História: Currículos *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de História: Metodologias *	4	0	4	4
	Práticas de Ensino de História: Programas de Ensino*	4	0	4	4
	Prática em Museus, Arquivos e Bens Culturais. *	4	0	4	4
	Prática em Educação e Direitos Humanos *	4	0	4	4
TOTAL OFERTADO PELO CURSO					52 (624)
Mínimo cursado pelo(a) discente					14 (168h)

8.5 MATRIZ CURRICULAR SUGERIDA

No quadro abaixo é apresentada a matriz curricular sugerida, destacando-se as disciplinas obrigatórias:

1Q 19 créditos	Ciência, Tecnologia e Sociedade [BI/LI] (3-0-4)	Desenvolvimento e Aprendizagem [LI] (2-2-4)	Práticas escolares em educação especial e inclusiva [LI] (2-2-4)	Metodologias de Pesquisa em Educação [LI] (2-0-4)	Bases Computacionais da Ciência [BI/LI] (0-2-2)	Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia [LI] (4-0-4)
2Q 20	Estrutura e Dinâmica Social [BI/LI]	Políticas Educacionais [LI]	LIBRAS [LI]	História da Educação [LI]	Tecnologias da Informação e	Bases Epistemológicas da Ciência

Créditos	(3-0-4)	(2-2-4)	(4-0-4)	(4-0-4)	Comunicação na Educ. [LI] (0-2-2)	Moderna [BI/LI] (3-0-4)
3Q 19 Créditos	Estudos Étnicos-raciais [LI] (3-0-4)	Didática [LI] (2-2-4)	* História, Eurocentrismo e Pós-Colonialismo [LCH] (4-0-4)	Território e Sociedade [BCH/LCH] (4-0-4)	Diálogos Interdisciplinares - Gênero [BCH/LCH] (4-0-4)	
4Q 20 Créditos	Estudos do Meio Físico [LCH-BPT] (4-0-4)	Interpretações do Brasil [BCH/LCH] (4-0-4)	*Teoria da História [LCH] (4-0-4)	Desenvolvimento e Sustentabilidade [BCH/LCH] (4-0-4)	Laboratório de Práticas Integradoras I* [LCH] (0-4-4)	
5Q 20 Créditos	Laboratório de Práticas Integradoras II* [LCH] (0-4-4)	Ética e Justiça [BCH/LCH] (4-0-4)	OP	OP	OP	
6Q 20 créditos	OP	OP	OP	OP	OP	
7Q 18 créditos	OP	OP	OP	OP		Estágio Supervisionado em CH I (80 horas)
8Q 18 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH II (80 horas)
9Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH III (80 horas)

10Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH IV (80 horas)
11Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		Estágio Supervisionado em CH V (80 horas)
12Q 16 créditos	OP/L	OP/L	OP/L	OP/L		

O primeiro conjunto de disciplinas obrigatórias comuns a todos os ingressantes através da área básica, indicadas na matriz por “[LI]”, visa proporcionar uma formação didática e pedagógica geral relativa às temáticas fundamentais associadas à formação docente, tais como: a natureza da função docente, a estruturação do sistema educacional, as políticas públicas voltadas para a educação escolar, as distintas realidades escolares, as relações entre escola e sociedade, a organização do trabalho pedagógico na escola, o desenvolvimento cognitivo do ser humano e perspectivas para a realização de pesquisas na área educacional. Este primeiro conjunto de disciplinas sugeridas constituem os dois primeiros quadrimestres integralmente e parte do terceiro quadrimestre. Nesse conjunto há o compartilhamento de certas disciplinas com os Bacharelados Interdisciplinares, indicadas por “[BI/LI]”.

O segundo conjunto, obrigatório aos estudantes da área básica de ingresso que optarem pela Licenciatura em Ciências Humanas, é indicado na matriz por “[LCH]” e tem por objetivo propiciar uma abordagem interdisciplinar de temas que são objetos de estudo das Ciências Humanas, valorizando reflexões teóricas que embasam a formação do professor de História e Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental II. Nesse conjunto, há o compartilhamento de disciplinas com o Bacharelado em Ciências e Humanidades, indicadas por “[BCH/LCH]” e com o curso de Bacharelado em Planejamento Territorial “[LCH/BPT]”.

A partir do quinto quadrimestre o aluno inicia o curso das disciplinas de opção limitada e livres, agregando a sua formação discussões específicas ao conhecimento histórico, geográfico e filosófico, como, ainda, fomentando a interdisciplinaridade nestas áreas e

naquelas que possibilitam o diálogo transversal dos conteúdos específicos com as áreas de Educação em Direitos Humanos e Educação não formal, os estudos étnico-raciais e a Educação Inclusiva.

8.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Os cursos de licenciatura da UFABC oferecem uma matriz curricular diversificada, que tem como objetivo proporcionar uma formação ampla e interdisciplinar com relação ao conhecimento das Ciências Humanas e suas articulações com o ensino, a pesquisa e as atividades extracurriculares. As metodologias adotadas nas disciplinas buscam estimular a interação professor-aluno na mediação dos conhecimentos. Diferentes estratégias e metodologias são contempladas no sentido de instigar intelectualmente os estudantes para que se tornem participantes ativos e autônomos na construção de seu conhecimento. Somado às disciplinas, o licenciando tem ainda oportunidade de vivenciar a experiência docente em outros ambientes de educação (museus, editoras, ONGs, jornais, etc.) por meio de atividades desenvolvidas durante o curso e os estágios supervisionados. Assim, a perspectiva de atuação para o egresso dos cursos de licenciatura da UFABC não se restringe à escola básica, embora seja este o campo premente de demanda deste tipo de profissional.

Em suma, no planejamento e desenvolvimento dos componentes curriculares, recomenda-se especial atenção para:

- Integrar descobertas recentes das pesquisas às práticas de ensino;
- Utilizar práticas de ensino inovadoras e criativas, resultantes de pesquisas recentes na área e do incentivo à capacitação contínua do corpo docente;
- Utilizar experiências de extensão e cultura para gerar novos temas de pesquisa e novas práticas de ensino;
- Fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para desenvolver novas práticas de ensino, em um contexto social onde a aprendizagem e o acesso à informação tornam-se ubíquos;
- Promover e valorizar a elaboração de material didático inovador próprio, consistente com o regime quadrimestral e com as novas metodologias de ensino, para atender as disciplinas;
- Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica e democratização do conhecimento.

9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

A UFABC possui diversos projetos e ações acadêmicas complementares à formação do estudante. Eles são viabilizados pela própria instituição e podem auxiliar, em certos casos, inclusive a completar as horas de atividades teórico-práticas (previstas no Art. 12, III da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015) necessárias à obtenção do título de licenciado (conforme item 10 deste documento). Dentre as atividades acadêmicas complementares à formação do estudante, destacam-se:

- **PEAT – Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial.** Tem como objetivo promover a adaptação do aluno ao projeto acadêmico da UFABC, orientando-o para uma transição tranquila e organizada do Ensino Médio para o Superior, em busca de sua independência e autonomia e a fim de torná-lo realizador de sua própria formação. O tutor é um docente dos quadros da UFABC que será responsável por acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno e orientá-lo em questões pertinentes à gestão de sua vida acadêmica na UFABC. Será seu conselheiro, a quem deverá recorrer quando houver dúvidas a respeito de escolha de disciplinas, trancamento, estratégias de estudo etc. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/peat>>.
- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA) da UFABC.** Este programa desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação prevê, dentre outras atribuições, prestar orientações referentes a estudo, matrícula e matrizes curriculares dos Cursos Interdisciplinares. Tem como objetivos identificar fatores que interferem no desempenho acadêmico dos estudantes, bem como valores de índices de desempenho acadêmico e de reprovação, evasão, desligamento, cancelamento de disciplinas, trancamento de matrícula e condição para integralização de cursos, permitindo a detecção precoce dos alunos com potencial dificuldade acadêmica.
- **Projeto Monitoria Acadêmica.** A Monitoria Acadêmica compreende uma atividade formativa de ensino que visa propiciar apoio acadêmico aos estudantes da Graduação da UFABC; despertar a docência no estudante monitor, bem como estimular a responsabilidade, autonomia, cooperação e empenho nas atividades acadêmicas. Objetiva-se, igualmente, a interação entre discentes e docentes e o auxílio no

desenvolvimento das atividades didáticas dos cursos de graduação, promovendo ações voltadas para a melhoria do aprendizado e do aproveitamento acadêmico. As atividades desenvolvidas na Monitoria Acadêmica totalizam 10 (dez) horas semanais, distribuídas a critério do docente responsável. Ao estudante participante será oferecida bolsa, de acordo com o edital vigente para a atividade. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/monitoria>>.

- **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visa fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições de Educação Superior, bem como preparar a formação de docentes em nível superior, em curso de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública. Disponível em: <http://pibid.ufabc.edu.br/>
- **Projetos de Iniciação Científica.** A Iniciação Científica da UFABC permite introduzir o aluno de graduação na pesquisa científica, visando colocá-lo desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Tem como característica o apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado para a formação do espírito crítico e para o desenvolvimento de um olhar investigativo. Dentro deste contexto, a UFABC possui os seguintes programas:
 - *Programa Pesquisando desde o Primeiro Dia – PDPD.* É um Programa de iniciação científica com concessão de bolsas, destinado a alunos ingressantes na Universidade. Seus recursos são provenientes da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes). Este programa tem como objetivos introduzir os alunos nas práticas de pesquisa científica, acelerar o processo de formação científica, incentivar o aluno a conhecer projetos de pesquisa científica nos diferentes campos do saber, dentre outros.
 - *Programa de Iniciação Científica – PIC/UFABC.* Programa de concessão de bolsas financiadas pela própria UFABC para estudantes a partir de segundo ano, os quais podem ser bolsistas ou também podem optar pelo regime voluntário, em particular se estiverem realizando estágio remunerado de outra natureza. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq*. Programa de concessão de bolsas do CNPq, através do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) obtém anualmente uma quota institucional de bolsas. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq nas Ações afirmativas*. Programa análogo ao supra referido de mesmo nome, mas voltado para estudantes que ingressaram na Universidade por meio das políticas afirmativas.
- **Ações de Extensão e Cultura**. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (ProEC) promove e incentiva os estudantes a realizarem e participarem de ações de Extensão e Cultura, na modalidade de bolsista ou voluntário. Os processos seletivos ocorrem através de editais específicos, abrangendo diversas ações como cursos, oficinas, projetos e outras que ultrapassam o âmbito do ensino e da pesquisa. Os alunos da universidade, de modo geral, podem se inscrever em quaisquer projetos de extensão, segundo interesse mais específico, em sua área de formação, ou mais amplo, em áreas ou temáticas não diretamente a ela ligadas. Disponível em: <<http://proec.ufabc.edu.br/>>.
- **Cursos de Língua Estrangeira / Mobilidade Acadêmica**. A Assessoria de Relações Internacionais da UFABC desenvolve políticas de relações internacionais visando a cooperação e o intercâmbio entre as instituições estrangeiras. Envia e recebe alunos de graduação e pós-graduação em parceria com outras instituições de ensino superior para cursar disciplinas ou desenvolver pesquisa. Oferece também cursos de línguas estrangeiras para alunos da UFABC e cursos de português para alunos nativos de outros países. Maiores informações disponíveis em: <<http://ri.ufabc.edu.br/index.php/cursos-de-idiomas>>.
- **Programas de Internacionalização**. Os programas de internacionalização da UFABC têm finalidade estratégica para a consolidação da universidade como instituição de ensino de excelência e como polo internacional de produção e difusão de conhecimentos científicos.

- **Projeto de Monitoria Inclusiva.** Trata-se de um auxílio para alunos de graduação que se dedicam 10 horas semanais em atividades de ações afirmativas ao aluno com deficiência. O rol das atividades desta monitoria são: dar suporte como leitor, escriba, audiodescritora de figuras, imagens, desenhos e vídeos em sala de aula. Outra atividade que também demanda atenção do Monitor Inclusivo (MI) é a adaptação de materiais e livros usados por alunos cegos ou com baixa visão, do qual sem tal atividade, muitos alunos não teriam acesso à bibliografia utilizada no curso. Disponível em: http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=200&Itemid=252.
- **Programas de acessibilidade:** são desenvolvidos pela Pró-Reitoria de ações afirmativas (PROAP) e visam dar suporte a estudantes com necessidades especiais de acessibilidade ou outras necessidades, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, entre outros. A PROAP fornece suporte aos docentes; cursos de capacitação interna e extensionista; acesso às tecnologias assistivas; monitoria inclusiva (conforma citado acima); seminários; bolsas de Auxílio Acessibilidade, um subsídio financeiro visando o acesso a materiais didáticos e equipamentos de Tecnologia Assistiva necessários ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, com a finalidade de auxiliar o(a) estudante com deficiência e/ou reconhecidos(as) como pessoa com deficiência assistidos(as) pelo Núcleo de Acessibilidade, para que tenha condições materiais para se dedicar ao curso no qual está inscrito(a) em igualdade de condições com os demais estudantes. Além de editais para subsídio financeiro em apoio a estudantes portadores de necessidades. Disponível em: http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=237.
- **Auxílio Eventos Estudantis de Caráter Científico, Acadêmico ou Tecnológico.** A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) disponibiliza bolsa auxílio para apoiar financeiramente a participação de estudantes em simpósios, seminários, workshops, congressos nacionais e internacionais, visando à apresentação de trabalhos científicos, acadêmicos ou tecnológicos, possibilitando ao estudante o custeio de despesas referentes ao pagamento de taxa de inscrição e custos de viagem em eventos fora da UFABC. O Auxílio pode ser utilizado, exclusivamente, para suprir as despesas referentes a

passagens terrestres ou aéreas, diárias de hospedagem, taxa de inscrição e material gráfico.

- **Programas de Apoio aos Estudantes de graduação.** Têm por finalidade a democratização das condições de permanência no ensino superior dos estudantes comprovadamente em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. A Seção de Bolsas e Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) é responsável pela execução dos Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário da UFABC (Resolução CONSUNI nº 88/2012). As modalidades dos Programas de Apoio oferecidas atualmente são: Bolsa Permanência e Auxílios Moradia, Alimentação, Creche e Emergencial.

10 ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

As DCN para os cursos de Licenciatura (Resolução CNE/CP nº 2/2015) determinam um terceiro núcleo de atividades acadêmicas denominado “Atividades teórico-Práticos de estudos integradores para enriquecimento curricular”, definido em, no mínimo, 200h nas seguintes atividades:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no 11 projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ainda de acordo com a referida resolução, tais atividades podem cumpridas “por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição”.

Desta forma, as 200h das atividades teórico-práticas de estudos integradores para enriquecimento curricular da LCH estão estruturadas da seguinte forma:

- Mínimo de 80h para ações de extensão e cultura, desde que registradas e reconhecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, ou órgãos correlatos de outras IES;
- Mínimo de 120h para Atividades Complementares cumpridas dentre aquelas determinadas pela Resolução nº 11 – 28/06/2016 que dispõe sobre normas para atividades complementares dos cursos de formação interdisciplinar da UFABC, e/ou através da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

(PIBID). O PIBID contabiliza 10 horas por mês de participação no Programa, limitada a 100 horas por ano.

11 ESTÁGIO CURRICULAR

Há dois documentos matriciais que regulamentam os estágios supervisionados para formação de professores nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do ABC. Em primeiro lugar, em nível federal, a Lei nº 11.788¹⁵, de 25 de setembro de 2008, que define em seu artigo 1: “*Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior*” (Lei nº 11.788, artigo 1).

Da mesma forma, a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 e, em especial, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 02, 01 de julho de 2015, estabelecem a obrigatoriedade do estágio supervisionado para integralização dos cursos de graduação de licenciatura e asseguram que a concepção pedagógica e de formação dos cursos de licenciatura atendem a determinadas condições. Também, o conteúdo da Resolução evidencia que o estágio supervisionado visa consolidar a unidade teoria-prática, preconizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura. Espera-se que os licenciandos tenham uma postura investigativa, compreendendo a escola como espaço de pesquisa e reflexão, como espaço institucional e de realização de atividades, de produção de currículo e ensino-aprendizagem, e não apenas de reprodução. Tendo claro que a escola não se restringe a ser espaço institucional e tampouco não será o único espaço de atividade de ensino-aprendizagem.

Internamente à UFABC há a Resolução da Comissão de Graduação nº 018¹⁶, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos cursos de Licenciatura da UFABC, para alunos ingressantes a partir de 2017. Nesta resolução estão definidos os principais objetivos dos Estágios Supervisionados:

Art. 2º O Estágio Supervisionado constitui-se em componente curricular obrigatório dos Cursos de Licenciatura, conforme previsto em legislação, e tem por objetivos principais: I – proporcionar a vivência e análise de situações reais de ensino-aprendizagem; II – capacitar o licenciando a vivenciar e buscar soluções para situações-problema no contexto prático, a partir de sua base de conhecimentos teóricos, considerando criticamente os aspectos científicos, éticos, sociais, econômicos e políticos que envolvem a prática docente; e III – favorecer a integração da UFABC ao contexto social

¹⁵ Disponível no sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm

¹⁶ Disponível no sítio: http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_018_2017.pdf

no qual a Instituição insere-se, em consonância com o compromisso da UFABC com a Educação Pública.

Em relação às singularidades e especificidades dos Estágios Supervisionados definidos no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da Universidade Federal do ABC, convém destacar alguns princípios norteadores.

Um primeiro princípio diz respeito às múltiplas e diferentes maneiras de entender o ensino de humanidades marcado pelas interfaces históricas, geográficas, filosóficas e sociológicas, as suas relações com as instituições formais e não formais de educação e o processo de formação de professores. Isso levou à criação de propostas abertas, visionárias e experimentais para os Estágios Supervisionados, entendidos como o lugar por excelência de formação das competências exigidas para a prática profissional, seja na educação formal e/ou não formal, constituindo-se, portanto, como o *locus* privilegiado para formação das habilidades profissionais dos(as) egressos(as) do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da Universidade Federal do ABC.

Um segundo princípio consiste na valorização e na vivência de experiências didático-pedagógicas reais, que acontecem em espaços formais e não formais de educação, públicos e privados, com o objetivo de produzir intervenções na área de ciências humanas, considerando: 1) as diversas modalidades definidas para a educação formal na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância; 2) as múltiplas frentes de atuação na educação não formal e do educador social, criando aberturas para intervenções em diferentes espaços e equipamentos socioculturais, instituições filantrópicas e terceiro setor que desenvolvem ações socioeducativas, sobretudo no que se refere à criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos, oficinas e ações que contemplem práticas educativas e educação não formal, preferencialmente no município de São Bernardo do Campo e na região do ABC.

Um terceiro princípio é a reversão da concepção usual de Estágio Supervisionado baseada na observação fria, asséptica, distanciada e desengajada da realidade escolar, com pouca ação e intervenção prática. Nessa perspectiva, adota-se a estratégia de tornar complexo, denso e atento o próprio processo de construção da percepção dos acontecimentos da vida escolar, instaurando uma atitude disruptiva, de estranhamento e de problematização sobre o que se entende por “realidade escolar”, de modo a tomar como problema os próprios modos de ver, perceber, vivenciar, ler, interpretar, interferir e atuar na escola. Uma segunda

estratégia adotada nos estágios pretende superar a passividade da observação, valorizando e incentivando experiências vivenciais nas intervenções didático-pedagógicas, de modo a criar um enfrentamento engajado com o espaço escolar e com as atitudes, as competências e as responsabilidades do ser professor, contribuindo na formação da identidade profissional pela prática, com valorização dos saberes experienciais relativos ao exercício docente. Uma terceira estratégia adotada nos estágio é o estímulo ao exercício prático e vivencial da docência, concomitante a um processo de reflexão e problematização sobre a prática, com a intenção de criar um espírito afirmativo, proativo, crítico-reflexivo e engajado ao processo de formação de professores para a área de ciências humanas, considerando os anos finais do Ensino Fundamental. Pretende-se com estas três estratégias superar as contradições e as dicotomias entre teoria e prática, observação e atuação, idealização e realidade, investigação e ação, pesquisa e ensino, ensino e extensão etc.

Um quarto princípio norteador dos Estágios Supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Humanas é a atenção com um processo de formação que seja útil em relação ao mercado de trabalho e à empregabilidade tanto na educação básica, em escolas públicas e privadas, quanto no desenvolvimento de oportunidades de trabalho junto aos espaços não formais de educação (museus, bibliotecas, espaços culturais, parques etc.); chamadas públicas e editais de oficinas e ações ligadas às práticas culturais, artísticas e socioeducacionais; secretarias municipais de educação; projetos e ações junto a comunidades ou grupos em situação de vulnerabilidade, precariedade, risco social e de violação dos direitos humanos (abrigos, projetos sociais com meninos e meninas de rua, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas etc.). Dada a grande necessidade de profissionais de educação para atuar na região do ABC, incentiva-se que os (as) estudantes vivenciem e reflitam sobre as demandas e particularidades de escolas públicas e privadas, de modo a prepará-los para o ingresso e a atuação profissional, contribuindo, sobretudo, na melhoria da educação básica pública da região.

Um quinto princípio é o respeito, ética e cuidado recíprocos com as instituições educativas formais e não formais que serão sedes dos Estágios Supervisionados, combatendo as atitudes de usura, descaso e descompromisso, que geralmente tomam as instituições no viés da observação, do relato e da crítica fria, distanciada, reducionista e pouco propositiva. Isso significa dizer que as atitudes e os posicionamentos diante dos Estágios Supervisionados devem prezar por um princípio afirmativo de ética, respeito, cuidado e compromisso entre os três vértices envolvidos: instituições educativas formais e/ou não formais, estagiários(as) e universidade, que se reflete, respectivamente, nas três figuras que mediam a ocorrência das

atividades: o(a) professor(a) supervisor(a) na escola ou o(a) supervisor(a) no espaço não formal, os(as) estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) e o(a) professor(a) orientador(a) dos estágios na UFABC. Para que esta tríplice relação de parceria se efetive em sua máxima potência, é incentivada uma interação profunda e afetiva com a instituição que será sede do estágio e com o supervisor do estágio, de modo a promover uma sinergia de esforços entre todos os envolvidos, possibilitando o fortalecimento das relações, trocas, compartilhamentos, atuações, interações, coproduções, *feedback* etc.

Atualmente, a condição mínima para que um licenciando matricule-se nos módulos de estágios supervisionados está explicitada no texto da Resolução da Comissão de Graduação no 18 de 11 de outubro de 2017. Recomenda-se que os módulos de estágio sejam realizados um a cada quadrimestre a partir do terceiro ano de curso, em concomitância com as práticas de ensino relacionadas.

No caso do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH), os Estágios Supervisionados são divididos em sete módulos, cada qual perfazendo 80 horas. Os alunos deverão cursar obrigatoriamente os módulos I, II e III e escolher outros dois módulos dentre os módulos IV, V, VI e VII, totalizando as 400 horas em Estágio Supervisionado.

A divisão e a contagem das horas os Estágios Supervisionados dependerão da proposta definida para cada módulo, do direcionamento e acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a), do tipo de atuação possível nos espaços formais e/ou não formais de educação e dos interesses dos(as) estagiários(as) em trabalharem determinados temas, selecionados de cada proposta, tendo por finalidade a confecção coletiva do plano de estágio que será conduzido junto às instituições.

As propostas para cada um dos cinco módulos de estágio são as seguintes:

Módulo I – Atuar sobre a vida escolar é um processo ativo de experimentação e criação que requer uma atitude disruptiva, que problematize, desconstrua e reinvente os modos usuais e comuns de ver, perceber, vivenciar, ler, interpretar, intervir e atuar na escola. Neste módulo incentiva-se a produção de imersões profundas e intensivas nos espaços das escolas em consonância com a utilização e a produção de linguagens diversas, verbais e não verbais (audiovisuais, entrevistas, fotografias, narrativas orais, quadrinhos, videoinstalação etc.) que visam ativar e ampliar a percepção e a recriação do que se chama usualmente de realidade e vida escolar. É desejável que as produções sejam expostas para a comunidade escolar e universitária.

Módulo II – Atuar na área de ciências humanas no âmbito da educação não formal é criar um diálogo entre os saberes teórico-conceituais da área e um tipo de ensino voltado para o cidadão comum, leigo e plural que frequenta espaços não formais de educação, tais como: bibliotecas, museus, centros culturais, parques, ONGs, eventos de educação e cultura, programações para a terceira idade etc. Com este tipo de intervenção incentiva-se o desenvolvimento das seguintes habilidades: 1) abordagem temática dos saberes teórico-conceituais das ciências humanas, explorando assuntos como: corpo, sexualidade, gênero, raça, ética, autonomia, democracia, justiça, direitos humanos, meio ambiente, cidadania, cultura, mídias, estética, artes, política, pluralidade, diferenças etc.; 2) capacidade de abordagem interdisciplinar, contextualizada, interessante e dinâmica dos temas; 3) capacidade de ensinar explorando e inventando novas formas de intervenção didática: linguagens artísticas, cinema, teatro, recursos tecnológicos, performances, oficinas, ateliês, jogos teatrais, improvisações etc.

Módulo III – Atuar na área de ciências humanas na Educação básica é tomar o ensino de história, geografia, filosofia e sociologia em suas múltiplas facetas, para conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: as relações de ensino-aprendizagem; as questões metodológicas e didático-pedagógicas; os tipos de materiais didáticos; as relações professor-aluno; os saberes da experiência e a prática dos docentes que atuam na área; as relações de poder, autoridade, autonomia e ética; leis, currículos e diretrizes oficiais; processos de precarização e desvalorização dos espaços escolares e dos profissionais da educação; marginalização e exclusão escolar; diferenças, diversidade, gênero, preconceitos e violência escolar; a juventude e vida escolar; entre outras.

Módulo IV – Atuar na área de ciências humanas nos anos finais do Ensino Fundamental é tomar como problema questões específicas do ensino de história, através de vivências práticas, aprofundadas e intensivas com a vida escolar, de modo que se possa conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: os materiais didáticos e paradidáticos, as metodologias e práticas de ensino, as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação. Incentiva-se a criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, exercícios autorreflexivos sobre a prática, entre outros. Estimula-se também o desenvolvimento deste módulo nas diversas modalidades de educação previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial,

educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

Módulo V – Atuar na área de ciências humanas nos anos finais do Ensino Fundamental é tomar como problema questões específicas do ensino de geografia, através de vivências práticas, aprofundadas e intensivas com a vida escolar, de modo que se possa conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, agir e transformar: os materiais didáticos e paradidáticos, as metodologias e práticas de ensino, as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação. Incentiva-se a criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, exercícios autorreflexivos sobre a prática, entre outros. Estimula-se também o desenvolvimento deste módulo nas diversas modalidades de educação previstas oficialmente: educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

Módulo VI – Atuar nas áreas das Ciências Humanas e pensar nos temas transversais da educação (corpo, sexualidade, questões de gênero, ética, autonomia, democracia, cidadania, estética, pluralidade e diferenças étnicas e culturais, saúde, meio ambiente etc.) Envolver uma atitude investigativa, problematizada e crítica e um processo de ampliação do raio de atuação da filosofia em todas as modalidades e etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio).

Módulo VII - Atuar nas áreas da Ciências Humanas e pensar nas recentes tecnologias de telecomunicação, educação e socialização (educação à distância, redes sociais, hipermídias, videoaulas, aulas online, ferramentas de simultaneidade como webconferências e chats, simulação e criação de ambientes virtuais etc.) se fazem necessárias para enfrentar e problematizar os desafios da juventude, da cultura, do ensino e da escola no mundo contemporâneo, especialmente em relação ao Ensino de Filosofia.

Por fim, apresenta-se abaixo uma lista, com breve descritivo, de espaços formais e não formais que poderão constituir o campo de atuação dos estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) da UFABC, dentre outros possíveis, que serão agregados no decorrer do processo de estágio. Na medida do possível, foram priorizados

espaços de fácil acesso ao *campus* da UFABC de São Bernardo do Campo, de modo a facilitar o trânsito e o acompanhamento do estágio Supervisionado.

Espaços formais de educação

Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI)/ Aldeia Indígena Krukutu

São Bernardo do Campo divisa com Parelheiros

Educação escolar indígena

Centro Educacional Fundação Salvador Arena

Estrada do Alvarengas, 4001 – Bairro Assunção – São Bernardo do Campo

Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio

Escola Estadual Professora Anésia Loureiro Gama

Rua: Eduardo Oliveira, 35 – Anchieta – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação Inclusiva

Escola Estadual Professora Cynira Pires dos Santos

Rua: Ângela Tomé, 134 – Rudge Ramos – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação de Jovens e Adultos

Escola Estadual Professora Nadir Lessa Tognini

Rua Ibiacema, 145 – Vila Floresta – Santo André

Ensino Fundamental (anos finais) e médio

Escola Estadual Professor Ismael da Silva Junior

Rua João Batista de Almeida, 20 – Vila Florida – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais) e Médio

Escola Municipal de Educação Básica Olegário José Godoy

Rua: Tiradentes, 1913 – Santa Teresinha – São Bernardo do Campo

Educação de Jovens e Adultos e atendimento ao Programa “Educar Mais”

Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria Osório Teixeira

Rua: José Dias Donadelli, 567 – Vila Ferreira – São Bernardo do Campo

Ensino Fundamental (anos finais), Médio e Educação de Jovens e Adultos

Quilombo Ivaporunduva - Associação Quilombo de Ivaporunduva (Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira)

Educação escolar quilombola

UAB - Universidade aberta do Brasil – UFABC

Avenida dos Estados, 5001 – Bangú – Santo André

Educação à distância

Espaços não formais de educação

Aldeia indígena pós-balsa (Riacho Grande - São Bernardo do Campo)

Contato na Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo.

Rua Bauru, 21 – Baeta Neves – São Bernardo do Campo

Biblioteca Érico Veríssimo

Rua Jacob do Bandolim, 81 – Paulicéia – São Bernardo do Campo

Biblioteca Malba Tahan

Rua Helena Jacquey, 208 – Rudge Ramos – São Bernardo do Campo

Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato

Rua Jurubatuba, 1415 – Centro – São Bernardo do Campo

Centro de Referência das Culturas Populares Tradicionais - Parque Chácara Silvestre

Avenida Wallace Simonsen, 1800 – Nova Petrópolis – São Bernardo do Campo

Faculdade Aberta para a Terceira Idade (FATI) - Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

Rua Java, 425 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Gibiteca Municipal Eugênio Colonnese

Rua Tasman, 301 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Pinacoteca Municipal de São Bernardo do Campo/ Biblioteca de Arte Ilva Aceto Maranesi

Rua Kara, 105 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo

Projeto meninos e meninas de rua de São Bernardo do Campo

Rua Jurubatuba, 160 – Centro – São Bernardo do Campo

Sabina – Escola Parque do Conhecimento

Rua Juquiá, s/n – Vila Eldizia – Santo André

Referência

BRASIL. *Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 26 de setembro de 2008.

Resolução CG/Prograd n° 018/2017. *Regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UFABC*, para alunos ingressantes a partir de 2017. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_018_2017.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2019.

12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior, não prevê a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso para integralização de curso. Em conformidade com a referida resolução, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFABC **não prevê a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso** para a integralização da formação do licenciando em Ciências Humanas.

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC são definidos pela Resolução ConsEPE no 147 de 19 de março de 2013, sendo a avaliação do processo de ensino e aprendizagem realizada por meio de conceitos. O sistema de avaliação da UFABC permite uma análise mais qualitativa do aproveitamento do estudante. Os parâmetros adotados para a avaliação de desempenho e a atribuição de conceitos são apresentados a seguir:

13.1 CONCEITOS

A - Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso da matéria.

Valor 4 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

B - Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.

Valor 3 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

C - Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.

Valor 2 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

D - Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente.

Valor 1 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

F - Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

Valor 0 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

O - Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

Valor 0 no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

I - Incompleto. Indica que uma pequena parte dos requerimentos do curso precisa ser completada. Este grau deve ser convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadrimestre subsequente.

E - Disciplinas equivalentes cursadas em outras escolas e admitidas pela UFABC. Embora os créditos sejam contados, as disciplinas com este conceito **não participam do cálculo do CR ou do CA**.

T - Disciplina cancelada. **Não entra na contabilidade do CR ou do CA**.

13.2 CÁLCULO DOS COEFICIENTES

Definições dos coeficientes de desempenho

Com base nos conceitos atribuídos às disciplinas, a avaliação dos estudantes deverá ser feita, também, por meio dos seguintes coeficientes, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 147, 17 mar. 2013:

O Coeficiente de Rendimento (CR) é um número indicativo do desenvolvimento do aluno no curso, cujo cálculo considera os conceitos obtidos em todas as disciplinas por ele cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos;

Coeficiente de Aproveitamento (CA) é definido pela média dos melhores conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno;

Cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR)

$$CR = \frac{\sum_{i=1}^{NC} C_i \cdot f(N_i)}{\sum_{i=1}^{NC} C_i}$$

Onde:

NC = número de disciplinas cursadas até o momento pelo aluno;

I = índice de disciplina cursada pelo aluno (i= 1,2,...,NC);

C_i = número de créditos da disciplina i;

N_i = conceito obtido pelo aluno na disciplina i; f(A) = 4;

f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= f(O)= zero.

Cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA)

$$CA = \frac{\sum_{i=1}^{ND} CR_i \cdot f(MC_i)}{\sum_{i=1}^{ND} CR_i}$$

Onde:

ND = Número de disciplinas diferentes cursadas pelo aluno;

i = índice de disciplina cursada pelo aluno, desconsideradas as repetições de disciplinas já cursadas anteriormente (i= 1,2,...,ND);

CRi = número de créditos da disciplina i;

MCi = melhor conceito obtido pelo aluno na disciplina i, considerando todas as vezes que ele tenha cursado;

f(A) = 4; f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= zero;

f(O)=zero.

Cálculo do Coeficiente de Progressão (CPk)

$$CP_k = \frac{n_{obr}^k + \min[(N_{lim}^k + N_{livre}^k), n_{lim}^k + \min(n_{livre}^k, N_{livre}^k)]}{NC_k}$$

Sendo que:

n_{obr}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas obrigatórias do curso k;

n_{lim}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas de opção limitada do curso k;

n_{livre}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas livres do curso k;

N_{obr}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas obrigatórias do curso k;

N_{lim}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas de opção limitada do curso k;

N_{livre}^k é o número de créditos propostos em disciplinas livres do curso k;

$$NC_k = N_{obr}^k + N_{lim}^k + N_{livre}^k$$

13.3 FREQUÊNCIA

A frequência mínima obrigatória para aprovação é de 75% das aulas ministradas e/ou atividades realizadas em cada disciplina de acordo com Art. 2º, §4º, da Resolução ConsEPE nº 139, 27 set. 2012.

13.4 AVALIAÇÃO

Os conceitos a serem atribuídos aos estudantes, em uma dada disciplina, não precisam estar rigidamente relacionados a qualquer nota numérica de provas, trabalhos ou exercícios. Os resultados também considerarão a capacidade do aluno de utilizar os conceitos e material das disciplinas, criatividade, originalidade, clareza de apresentação e participação em sala de aula e laboratórios. O aluno, ao iniciar uma disciplina, será informado sobre as normas e critérios de avaliação que serão considerados.

Em particular no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, a avaliação deve ser compreendida como etapa dialógica no processo de construção do conhecimento, momento em que privilegiadamente os discentes manifestam-se acerca das teorias e práticas estudadas, ocasionando, inclusive a reorientação das atividades de ensino conduzidas prioritariamente pelos professores.

Com intuito semelhante, em dimensão mais ampla, a avaliação deverá englobar, também, outras esferas da vida do curso e da universidade, incluindo-se aqui as noções de avaliações pedagógicas, estruturais, processuais e a própria auto avaliação institucional. Estes processos avaliativos mais amplos devem ocorrer periodicamente e sob a responsabilidade da Coordenação do Curso ou, quando for o caso, sob a responsabilidade da CPA e com acompanhamento da Coordenação do Curso.

13.5 CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO

O discente que faltar à avaliação presencial poderá realizá-la sob a forma de mecanismos de avaliação substitutivos, conforme critérios estabelecidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados no início do quadrimestre letivo. Fica também assegurado ao discente o direito a mecanismos de avaliação substitutivos nos casos

comprovados por meio de apresentação de documentos comprobatórios ao docente responsável, de acordo com Resolução ConsEPE n° 227 de 23 de abril de 2018.

Fica também garantido ao discente que for aprovado com conceito D ou reprovado com conceito F em uma disciplina, além dos critérios estabelecidos pelo docente em seu Plano de Ensino, o direito a fazer uso de mecanismos de recuperação de acordo com a Resolução ConsEPE n° 181 de 23 out. 2014.

A data e os critérios dos mecanismos de recuperação deverão ser definidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados já no início do quadrimestre letivo. O mecanismo de recuperação não poderá ser aplicado em período inferior a 72 horas após a divulgação dos conceitos das avaliações regulares, e poderá ser aplicado até a terceira semana após o início do quadrimestre letivo subsequente, de acordo com a Resolução ConsEPE n° 182, 23 out. 2014.

13.5 CRITÉRIOS DE DESLIGAMENTO

Os critérios para desligamento de discente por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização dos cursos de graduação são normatizados pela Resolução ConsEPE n° 166, 8 out. 2013. De acordo com a resolução, fica estabelecido o prazo de 2n anos letivos como prazo máximo para permanência do aluno na UFABC, sendo n o número de anos letivos previsto no Projeto Pedagógico da Licenciatura Interdisciplinar de ingresso ou do curso de formação específica de graduação. Ainda de acordo com essa resolução, na LI o aluno deverá ser desligado após n anos letivos, nos casos em que tenha obtido, até esse prazo, menos de 50% dos créditos das disciplinas obrigatórias da LI ou CPk menor que 0,5.

No caso em que o aluno já tenha matrícula ou reserva de vaga em curso de formação específica, ele terá o prazo de 2n anos letivos para integralização do curso, sendo nesse caso n o número de anos de integralização do curso de maior duração oferecido pela UFABC.

Para maiores esclarecimentos é importante consultar a Resolução ConsEPE n° 166, 8 out. 2013 ou outra que venha a substituí-la.

Referências

Resolução ConsEPE nº 120. Estabelece normas e procedimentos para vista e revisão de instrumentos avaliativos, bem como de revisão de conceitos finais nas disciplinas de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6076-resolucao-consepe-no-120-041011-estabelece-normas-e-procedimentos-para-vista-e-revisao-de-instrumentos-avaliativos-bem-como-de-revisao-de-conceitos-finais-nas-disciplinas-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 139. Regulamenta as normas para criação, alteração e extinção de disciplinas dos Cursos de Graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6095-resolucao-consepe-no-139-regulamenta-as-normas-para-criacao-alteracao-e-extincao-de-disciplinas-dos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 147. Define os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6103-resolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 182. Regulamenta a aplicação de mecanismos de recuperação nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6138-resolucao-consepe-nd-182-regulamenta-a-aplicacao-de-mecanismos-de-recuperacao-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 227. Regulamenta a aplicação de mecanismos de avaliação substitutivos nos cursos de graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsEPE nº 181. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_227_-_regulamenta_a_aplicacao_de_mecanismos_de_avaliacao_substitutivos_nos_cursos_de_graduacao_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consepe_n_181.pdf. Acesso:13 abr. 2018.

14 INFRAESTRUTURA

14.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

A Pró-Reitoria de Graduação possui em sua infraestrutura um grupo de laboratórios compartilhados por todos os cursos de graduação. A Coordenadoria dos Laboratórios Didáticos (CLD), vinculada à PROGRAD, é responsável pela gestão administrativa dos laboratórios didáticos e por realizar a interface entre docentes, discentes e técnicos de laboratório nas diferentes áreas, de forma a garantir o bom andamento dos cursos de graduação, no que se refere às atividades práticas em laboratório.

A CLD é composta por um Coordenador dos Laboratórios Úmidos, um Coordenador dos Laboratórios Secos e um Coordenador dos Laboratórios de Informática e Práticas de Ensino, bem como equipe técnico-administrativa.

Dentre as atividades da CLD destacam-se o atendimento diário a toda a comunidade acadêmica, a elaboração de Política de Uso e Segurança dos Laboratórios Didáticos e a análise e adequação da alocação de turmas nos laboratórios em cada quadrimestre letivo, garantindo a adequação dos espaços às atividades propostas em cada disciplina e melhor utilização de recursos da UFABC, o gerenciamento da infraestrutura dos laboratórios didáticos, materiais, recursos humanos, treinamento, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.

Os laboratórios são dedicados às atividades didáticas práticas que necessitam de infraestrutura específica e diferenciada, não atendidas por uma sala de aula convencional. São quatro diferentes categorias de laboratórios didáticos disponíveis para os usos dos cursos de graduação da UFABC: secos, úmidos, de informática e de prática de ensino.

§ **Laboratórios Didáticos Secos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem de uma infraestrutura com bancadas e instalação elétrica e/ou instalação hidráulica e/ou gases, uso de kits didáticos e mapas, entre outros.

§ **Laboratórios Didáticos Úmidos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem manipulação de agentes químicos ou biológicos, uma infraestrutura com bancadas de granito, com capelas de exaustão e com instalações hidráulica, elétrica e de gases.

§ **Laboratórios Didáticos de Práticas de Ensino** são espaços destinados ao suporte dos cursos de licenciatura, desenvolvimento de habilidades e competências para docência da Educação Básica, podendo ser úteis também para desenvolvimentos das habilidades e competências para docência do ensino superior.

§ **Laboratórios Didáticos de Informática** são espaço para aulas utilizando recursos de tecnologia de informação como microcomputadores, acesso à internet, linguagens de programação, softwares, hardwares e periféricos.

Anexo aos laboratórios há uma sala de suporte técnico que acomoda quatro técnicos com as seguintes funções: nos períodos extra aula, auxiliam a comunidade no que diz respeito à atividades de graduação, pós-graduação e extensão em suas atividades práticas (projetos de disciplinas, iniciação científica, mestrado e doutorado); participam dos processos de compras levantando a minuta dos materiais necessários; fazem controle de estoque de materiais; cooperam com os professores durante a realização testes de experimentos que serão incorporados nas disciplinas e preparação do laboratório para a aula prática. Nos períodos de aula, oferecem apoio para os professores e alunos durante o experimento, repondo materiais, auxiliando no uso de equipamentos e prezando pelo bom uso dos materiais de laboratório. Para isso, os técnicos são alocados previamente em determinadas disciplinas, conforme a sua formação (eletrônica, eletrotécnica, materiais, mecânica, mecatrônica, edificações, química, biologia e informática). Os técnicos trabalham em esquema de horários alternados, possibilitando o apoio às atividades práticas ao longo de todo período de funcionamento da UFABC, das 08 às 23h.

Além dos técnicos, a sala de suporte armazena alguns equipamentos e kits didáticos utilizados nas disciplinas. Há também a sala de suporte técnico, que funciona como almoxarifado, armazenando todos demais os equipamentos e kits didáticos utilizados durante o quadrimestre.

A UFABC dispõe ainda de uma oficina mecânica de apoio, com quatro técnicos especializados na área e atende a demanda de toda a comunidade acadêmica (centros, graduação, extensão e prefeitura universitária) para a construção e pequenas reparações de kits didáticos e dispositivos para equipamentos usados na graduação e pesquisa, além do auxílio aos discentes na construção e montagem de trabalhos acadêmicos em geral.

A alocação de laboratórios didáticos para as turmas de disciplinas com carga horária prática ou aquelas que necessitem do uso de um laboratório é feita pelo coordenador do curso, a cada quadrimestre, durante o período estipulado pela Pró-Reitoria de Graduação. O docente da disciplina com carga horária alocada nos laboratórios didáticos é responsável pelas aulas práticas da disciplina, não podendo se ausentar do laboratório durante a aula prática. Atividades como treinamentos, instalação ou manutenção de equipamentos nos laboratórios didáticos ou aulas pontuais são previamente agendadas com a equipe técnica responsável e acompanhadas por um técnico de laboratório.

Como os laboratórios são compartilhados, todos os cursos podem realizar de diferentes atividades didáticas dentro dos diversos laboratórios, otimizando o uso dos recursos materiais e ampliando as possibilidades didáticas dos docentes da UFABC e a prática da interdisciplinaridade, respeitando as necessidades de cada disciplina ou aula de acordo com a classificação do laboratório e dos materiais e equipamentos disponíveis nele.

14.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS – SISBI

O Sistema de Bibliotecas da UFABC, cuja finalidade é atender as demandas informacionais da comunidade universitária e científica interna e externa à Universidade, é formado por unidades de bibliotecas localizadas nos Campi de Santo André e São Bernardo do Campo, responsáveis por atender e apoiar a comunidade universitária em suas atividades de ensino pesquisa e extensão, de forma articulada e pautada na proposta interdisciplinar do projeto pedagógico e de seu plano de desenvolvimento institucional.

As Bibliotecas que compõem o Sistema possuem amplo e diversificado acervo, com aproximadamente 100.000 exemplares de livros físicos e 42.000 títulos de livros eletrônicos, sendo, todas as coleções da editora Springer Nature entre os anos de 2.005 e 2.014, todos os títulos publicados pela editora Wiley em 2.016 e pelos títulos da editora Ebsco referentes a coleção EbscoHost. E, em complemento, títulos resultantes de assinaturas anuais com demais editoras, como: Elsevier, Cengage Learning e Wiley. Além da filmoteca que conta com mais de 1.000 títulos de filmes.

O SisBi ainda dispõe de sistema (SophiA) que permite o acesso ao seu catálogo e portal na internet para acesso às informações sobre seus serviços e a conteúdos externos, como: sistema Scielo que contempla seleção de periódicos científicos brasileiros, sistema Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); sistema COMUT que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais; Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma seleção das mais importantes fontes de informação científica e tecnológica, de acesso gratuito na Web. Atualmente, o portal dispõe de 34.457 periódicos eletrônicos, relacionados às diversas áreas do conhecimento e, ainda, acesso a mais de 2.000 bases de dados; dentre outros.

Convênios também são estabelecidos pelo SisBi, entre os mais significativos o serviço de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), que estabelece a cooperação e potencializa a

utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país. Outro convênio a ser notado é com o IBGE, que tem por objetivo ampliar para a sociedade, o acesso às informações produzidas por meio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. Assim, o SisBi passou a ser depositário das publicações editadas por esse órgão.

As unidades de bibliotecas atendem a comunidade de segunda a sexta, de 8 às 22h, mantendo-se em uma estrutura física com área total de 4.529 m², onde se distribuem 521 assentos; além de terminais de consulta ao acervo. Buscando promover o exercício a reflexão crítica nos espaços universitários, bem como a interação com os diversos públicos, desenvolve ainda, programas e projetos culturais como: CineArte, exibido também ao ar livre; PublicArte; Saraus e Exposições.

14.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As salas de aula são equipadas com projetores e computadores com acesso à internet e recursos de áudio e vídeo. Em todos os ambientes da UFABC é disponibilizado o acesso à internet sem fio. A UFABC disponibiliza de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se de uma plataforma online, acessível dentro ou fora do campus (inclusive por meio de dispositivos móveis), e que pode ser usada tanto para apoio ao ensino presencial, como para ofertas de disciplinas semipresenciais. O ambiente possui distintas funcionalidades que permitem que os usuários, educadores e estudantes, disponibilizem e acessem materiais educacionais, interajam entre si (por meio de fóruns, chats, sistemas de mensagens e comentários etc.), gerenciem e colaborem nas atividades de pesquisa, projetos e tarefas relacionadas aos cursos.

15 DOCENTES

15.1 COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas é constituído conforme as orientações da Comissão Nacional de Avaliação de Avaliação da Educação Superior (CONAES), segundo o Parecer CONAES nº 4, 17 jun. 2010 e a Resolução CONAES nº 1, 17 jun. 2010, bem como segue a normativa da UFABC sobre os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação, Resolução ConsePE nº 179, 21 jul. 2014.

Composição do Núcleo Docente Estruturante:

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação.

Núcleo docente estruturante da Licenciatura em Ciências Humanas

Nome	Área de Formação	Centro
Alexander de Freitas	Filosofia e educação	CCNH
Ana Maria Dietrich	História Social	CECS
Claudia Regina Vieira	Educação	CCNH
Daniel Pansarelli	Educação	CCNH
Katerina Lukasova	Ciências	CMCC
Kátia Canil	Geografia Física	CECS
Marcelo Zanotello	Engenharia de Materiais	CCNH
Priscila Benitez	Psicologia	CCNH
Ramatis Jacino	História Econômica	CECS
Suze Piza	Filosofia	CCNH

15.2 CORPO DOCENTE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Estão credenciados na Licenciatura em Ciências Humanas professores doutores em regime de dedicação exclusiva (RDE).

Composição do Corpo Docente LCH

Número	Nome	Área de Formação – Doutor em	Titulação	Regime de Dedicação	Centro
1.	Ailton Paulo De Oliveira Júnior	Educação	Doutorado	DE	CMCC
2.	Alessandra Teixeira	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
3.	Alexander De Freitas	Filosofia e educação	Doutorado	DE	CCNH
4.	Allan Moreira Xavier	Ciência e Tecnologia/Química com tese na área Currículo/Educação Química	Doutorado	DE	CCNH
5.	Ana Maria Dietrich	História Social	Doutorado	DE	CECS
6.	André Luís La Salvia	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
7.	Andrea Paula Dos Santos Oliveira Kamenksy	História Econômica	Doutorado	DE	CECS
8.	Arlene Martinez Ricoldi	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
9.	Breno Arsioli Moura	Ensino de Física	Doutorado	DE	CCNH
10.	Bruna Mendes De Vasconcellos	Programa Interdisciplinar em Política Científica e Tecnológica	Doutorado	DE	CCNH
11.	Carla Lopes Rodriguez	Artes visuais (cultura digital e mídias)	Doutorado	DE	CMCC
12.	Carlos Eduardo Ribeiro	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
13.	Carolina Moutinho Duque De Pinho	Sensoriamento Remoto	Doutorado	DE	CECS

14.	Claudia Regina Vieira	Educação	Doutorado	DE	CCNH
15.	Claudio Luis De Camargo Penteadó	Ciências Sociais	Doutorado	DE	CECS
16.	Daniel Pansarelli	Educação	Doutorado	DE	CCNH
17.	Diana Sarita Hamburger	Engenharia de Transportes	Doutorado	DE	CECS
18.	Elisabete Marcon Mello	Educação Matemática	Doutorado	DE	CMCC
19.	Fernando Luiz Cássio Silva	Química e políticas públicas de educação	Doutorado	DE	CCNH
20.	Franciane Freitas Silveira	Administração	Doutorado	DE	CECS
21.	Francisco José Brabo Bezerra	Educação - subárea Educação Matemática	Doutorado	DE	CMCC
22.	Graciela De Souza Oliver	Ensino e História das Ciências	Doutorado	DE	CCNH
23.	Graciella Watanabe	Ensino de Ciências e Física	Doutorado	DE	CCNH
24.	José Luiz Neves		Doutorado	DE	
25.	Kate Mamhy Oliveira Kumada	Educação	Doutorado	DE	CCNH
26.	Katerina Lukasova	Ciências	Doutorado	DE	CMCC
27.	Kátia Canil	Geografia Física	Doutorado	DE	CECS
28.	Luciana Aparecida Palharini	Ensino de Ciências e Matemática	Doutorado	DE	CCNH
29.	Luciana Zaterka	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
30.	Lúcio Campos Costa	Física Teórica	Doutorado	DE	CCNH
31.	Luís Roberto De Paula	Antropologia Social - Etnologia Indígena	Doutorado	DE	CECS
32.	Marcelo Salvador Caetano	Psicologia Experimental	Doutorado	DE	CMCC
33.	Marcelo Zanotello	Engenharia de Materiais	Doutorado	DE	CCNH
34.	Marcia Helena Alvim	Ensino e História das Ciências	Doutorado	DE	CCNH
35.	Margarethe Steinberger-Elias	Comunicação e Semiótica	Doutorado	DE	CECS

36.	Maria Candida Varone De Morais Capecchi	Educação- opção Ensino de Ciência e Matemática	Doutorado	DE	CCNH
37.	Maria Gabriela Silva Martins Da Cunha Marinho	História Social	Doutorado	DE	CECS
38.	Maria Livia de Tommasi	Sociologia	Doutorado	DE	CECS
39.	Maria Teresa Carthery Goulart	Ciências (Neurologia)	Doutorado	DE	CMCC
40.	Marilia Mello Pisani	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
41.	Marine De Souza Pereira	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
42.	Marisa Soares	Educação	Doutorado	DE	CECS
43.	Neusa Serra	Engenharia de Produção	Doutorado	DE	CECS
44.	Nunzio Marco Torris	Ingenneria Informatica	Doutorado	DE	CMCC
45.	Patrícia Del Nero Velasco	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
46.	Priscila Benitez	Psicologia	Doutorado	DE	CMCC
47.	Ramatis Jacino	História Econômica	Doutorado	DE	CECS
48.	Renata De Paula Orofino Silva	Ciências Biológicas - de Ensino de Ecologia	Doutorado	DE	CCNH
49.	Roque Da Costa Caiero	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
50.	Ruth Ferreira Galduróz	Ciências, concentração neurociência	Doutorado	DE	CMCC
51.	Silvia Dotta	Educação	Doutorado	DE	CMCC
52.	Silvio Ricardo Gomes Carneiro	Teoria das Ciências Humanas - da Filosofia Psicanálise	Doutorado	DE	CCNH
53.	Suze De Oliveira Piza	Filosofia	Doutorado	DE	CCNH
54.	Vinicius Pazuch	Ensino de Ciências e Matemática	Doutorado	DE	CMCC
55.	Virginia Cardia Cardoso	Educação Matemática	Doutorado	DE	CMCC

56.	Vitor Vieira Vasconcelos	Ciências Naturais (Geologia)	Doutorado	DE	CECS
57.	Vivilí Maria Silva Gomes	Ciências	Doutorado	DE	CMCC
58.	Wilson Mesquita De Almeida	Sociologia	Doutorado	DE	CECS

A área de formação específica dos docentes do curso, responsáveis por disciplinas obrigatórias e de opção limitada da Licenciatura em Ciências Humanas, podem ser consultadas no portal da UFABC. Todos os docentes credenciados no curso de Licenciatura em Ciências Humanas possuem o grau de doutor, e são admitidos por concurso público (exceto os professores visitantes e colaboradores), em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE).

16 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A UFABC implantou mecanismos de avaliação permanentes da efetividade de seus cursos, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos dos cursos, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para os diferentes cursos.

Um dos mecanismos adotados é a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que por meio do Decreto nº 5.773, 9 mai. 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O Art. 1º, §3º do referido decreto dispõe que a avaliação realizada pelo SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Esta avaliação tem como componentes:

- i. Autoavaliação do curso na UFABC, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) por meio de formulários específicos;
- ii. Avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;
- iii. Exame Nacional de Avaliação de Desenvolvimento dos estudantes (ENADE).
- iv. Avaliação de disciplinas do curso por estudantes e por docentes.

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a Coordenação do Curso age na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso. Tais mecanismos contemplam as necessidades da área do conhecimento em que o curso está ligado, as exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade e a atuação profissional dos formandos. Nesta direção, os resultados periodicamente obtidos nos componentes i a iv são apresentados e debatidos em reuniões ordinárias da Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e também em reuniões plenárias junto aos demais docentes credenciados no curso, aos representantes discentes e ao corpo técnico-administrativo.

17 ANEXO

ROL DE DISCIPLINAS

Conforme mencionado na seção 8.4 – Disciplinas, seguem neste anexo apenas o detalhamento das disciplinas novas criadas no âmbito deste projeto ou daquelas já existentes que foram reajustadas na construção das licenciaturas interdisciplinares da UFABC. Todas as demais disciplinas estão propostas conforme o catálogo da UFABC disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/catalogo_disciplinas_graduacao_2016_2017.pdf

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COMUNS ÀS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES

PRÁTICAS ESCOLARES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Código:

Quadrimestre: 1º

TPI: 2-2-4

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Inclusão escolar. Políticas públicas em educação especial. Público-alvo da educação especial e suas características linguísticas e biopsicossociais. Ensino colaborativo (ou coensino). Formação e atuação docente para diferentes contextos educacionais. Planejamento de Ensino Individualizado (PEI). Flexibilização e Adequação Curricular. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade. Desenho Universal. Tecnologias Assistivas. Práticas escolares inclusivas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a educação inclusiva. **Educere et Educere**, Unioeste, Campus Cascavel, Vol. 2 no 4 jul./dez. 2007 p. 113-128.

RODRÍGUES, Felipe. La co-enseñanza, una estrategia para el mejoramiento educativo y la inclusión. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v. 8, n.º 2, septiembre 2014 - febrero 2015, p. 219-233.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da União, 10 de julho de 2008, Seção 1, p.1.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 de julho de 2015.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais - entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9514/0>.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

TANNUS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos-SP, 2013.

METODOLOGIAS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre: 2º

TPI: 2-0-4

Recomendação: não há.

Carga Horária: 24 horas

Ementa: A disciplina objetiva refletir sobre a importância da pesquisa na construção de um olhar científico, questionador e criativo sobre os processos educativos formais e não formais, procurando abordar as diferentes e múltiplas concepções teórico-metodológicas que

delimitam as pesquisas em educação. A disciplina visa ainda prover subsídios metodológicos para coleta, tratamento, análise e interpretação de dados, que possam ser úteis para construção de relatórios de estágio supervisionado, escritas científicas, pesquisas de campo, trabalhos vinculados às disciplinas pedagógicas e iniciação à pesquisa.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, M.(Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo: Papyrus, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2010.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6 ed. São Paulo. Cortez. 2000.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez. 1990.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 113, jul., 2001.

ANDRÉ, M.E.; DALMANSO A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BARBIER. R. **A Pesquisa-Ação**. 1 ed. Brasília: Líber Livro. 2004.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 9ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COSTA, M.V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Pesquisa participante - saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livro, 2004.

ESTEBAN, M.P.S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2003.

FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 3 ed. São Paulo. Cortez. 1999.

FIORENTINI, D. LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2006.

FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do; MARASCHIN, D. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GATI, B.A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 113, jul. 2001.

_____. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano. 2002.

GRECA, I. M. (Org.) **A pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

KEEVES, J. **Educational research methodology and measurement: an international handbook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LAVILLEC, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUDKEN, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, G.N. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 46, p. 67-72, 1983.

MEYER, D. E; Paraíso, M.A. (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2014.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L.R.; BRANDINI, R.C.A. **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro. 2004.

TELLES, J.A. É pesquisa é? Sobre pesquisa educacional, o professor e o professor pesquisador. *In*: PEC/ FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA. **Vivências**. Módulo 1, Tema 3, Unidade 3.2. São Paulo: SEE/ PEC/ FOR, 2001.

UNESP/PROGRAD. **Metodologia de pesquisa científica e educacional**. 2. ed. Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP/PROGRAD, 2006. (Coleção Pedagogia Cidadã).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre: 1º

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A educação como processo histórico. Relações entre educação e história, suas consequências para a prática educativa atual. Correntes pedagógicas dos momentos históricos passados e seus desdobramentos contemporâneos.

Bibliografia Básica:

ARANHA, MARIA L. de A. **História da educação e da pedagogia:** geral e do Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2008.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MANACORDA, Mario A. **História da educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo.** São Paulo: UNESP, 1996.

COMENIUS. **Didática magna.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JAEGER, Werner W. **Paideia: a formação do homem grego.** 5.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCOCUGLIA, Afonso S.; MACHADO, José S. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira.** Campinas: Autores Associados, 2006.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história.** São Paulo: Olho D'água, 2007.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre: 2º

TPI: 0-2-2

Recomendação: não há.

Carga Horária: 24 horas

Ementa: Gênese sócio-histórica de interação e interatividade. Conceitos de tecnologias de informação e comunicação. Educomunicação. Tendências metodológicas para a inserção das TIC no Ensino de Ciências e Matemática. Mudanças no contexto educacional: sala de aula interativa. Redes de aprendizagem. Convergência digital, educação e sociedade. Processos de produção de TIC para o ensino de Ciências e Matemática. Educação a Distância.

Bibliografia Básica:

COLL, Cesar; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação virtual**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIORDAN, Marcelo. **Computadores e linguagens nas aulas de ciências**. Ijuí: Unijuí, 2008.

HARASIM, Linda. **Redes de Aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. São Paulo: Quartet, 2000.

VIGOTSKI, Lev. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Questões para a teleeducação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LÉVY, Pierre. **Que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional**. São Paulo: Artmed, 1997.

MARTÍN-Barbero, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: DF, Unesco. 2000.

SETZER, Valdemar. **Meios eletrônicos e Educação**. São Paulo: Escrituras, 2001.

SILVA, Marco. **Educação on-line**. São Paulo: Loyola, 2003.

TORI, Romero. **Educação sem distância**. São Paulo: Senac, 2010.

DIDÁTICA

Código:

Quadrimestre: 1º

TPI: 2-2-4

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudos das relações e complicações entre professor-conhecimento-estudante, com o intuito de propiciar condições para: 1) refletir, analisar e tomar decisões quanto à escolha dos fins, objetivos e abordagens possíveis de ensino-aprendizagem, tendo por foco problematizações e críticas sobre as concepções de educação neles implicados; 2) planejar e criar estratégias e alternativas para atuação em sala de aula; 3) analisar criticamente questões que atravessam o cotidiano escolar e a prática docente, como por exemplo: saberes da experiência profissional, autoridade, autonomia, indisciplina, violência, discriminação, drogas, diversidade, gênero, ética, avaliação, fracasso escolar, exclusão etc.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli; OLIVEIRA, Maria Rita. **Alternativas no ensino da didática**. Campinas: Papirus, 1997.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: LTC, 2012.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-138.

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

_____. (Org.). **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

_____. (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

_____. (Org.). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

_____. (Org.). **Autoridade e autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

_____. Jovens “indisciplinados” na escola: quem são? Como agem? **Anais do Simpósio Internacional do Adolescente**, p. 1-8, Maio de 2005.

AQUINO, Julio Groppa; CORAZZA, Sandra Mara (Org.). **Abecedário**: Educação da diferença. Campinas: Papyrus, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

COMENIUS. **Didática Magna**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CORAZZA, Sandra Mara. (Org.). **Didaticário de criação**: aula cheia. Porto Alegre: UFRGS, 2012 (Escrituras caderno de notas 3).

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007, p. 1105-1128.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 24, set-dez/2003, p. 40-52.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

_____. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6, p. 222-231, set./out./nov./dez., 1997.

DUSSELL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KEHL, Maria Rita. Com que corpo eu vou? *In*: BUCCI, E. & KEHL, M. R., **Videologias**, São Paulo: Boitempo, 2004.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4ª ed revisada e ampliada. São Paulo: Intermeios, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REVISTA Educação & Realidade. Porto Alegre, v.33, n.2, jul./dez., 2008. (Dossiê Juventude, violência e educação)

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ESPECÍFICAS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

HISTÓRIA, EUROCENTRISMO E PÓS-COLONIALISMO

Código:

Quadrimestre: 3º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Ementa: Estudo do eurocentrismo político e cultural no processo de formação dos estados nacionais americanos. Discussão sobre o totalitarismo epistêmico eurocentrado e o discurso sobre a América colonizada. Propostas de descolonização político-cultural. A teoria pós-colonial e o pós-colonialismo latino-americano.

Bibliografia Básica:

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Bauru: EDUSC, 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Lisboa: Almedina, 2010.

Bibliografia Complementar:

MENESES, Maria Paula; Vasile, Iolanda. **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais**. As Epistemologias Sul-Sul. Coimbra: CES, 2014.

O'GORMAN, Edmundo. **La Invención de América**. México: FCE, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

TEORIA DA HISTÓRIA

Ementa:Estudo dos principais conceitos do campo da História: História, tempo, memória. Uso de documentos e diversidade de fontes históricas. Discussão sobre verdade versus narrativa histórica. Conhecimento de correntes historiográficas. História e dialética. Positivismo, Historicismo e Escola. Metódica. Relação com o conhecimento escolar.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro Primeiro. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1998).

Bibliografia complementar:

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 2ed. Revisada.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular – História e Imagem**. Bauru-SP: Edusc, 2004.

BRAUDEL, Fernand. “**História e Ciências Sociais: a longa duração**”. In NOVAIS, Fernando A. Rogério Forastieri da. **A Nova História em Perspectiva**, Vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. pp. 86-121.

BARROS, José D’Assunção. **O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea**. História Unisinos. 9(3):230-242, Setembro/Dezembro 2005.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. SP: Contexto, 2005, 3ª Ed.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Rogério F. da. **Nova História em perspectiva** – vol1. SP: Cosac Naify, 2011, pp. 86-121.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADORAS I

Código:

Quadrimestre: 4º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Pretende uma imersão em problemáticas comuns às práticas educativas escolares, preferencialmente públicas, que acontecem nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando, de modo integrado, os componentes curriculares da área de ciências humanas. Dentre as estratégias para que se alcancem estes objetivos destacam-se reflexões teóricas e vivências práticas que possibilitem debater e agir sobre questões específicas que tangem o ensino de história, geografia, filosofia e sociologia no Ensino Fundamental II, como por exemplo: estudo e problematização de documentos e currículos oficiais, análise de materiais didáticos e paradidáticos, metodologias e práticas de ensino, estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação, criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem, produção de programas de ensino e planos de aula, vivências com os saberes da experiência dos docentes que atuam na área, entre outras.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS INTEGRADORAS II

Código:

Quadrimestre: 5º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Através da escolha e análise coletiva de temas e/ou problemas vivenciados em processos de estudos do meio e/ou pesquisas de campo objetiva-se que os/as estudantes desenvolvam projetos temáticos, planejamento e estratégias de ensino, criação de sequências didáticas e objetos de aprendizagem que desdobrem a complexidade dos temas e/ou problemas vivenciados em questões pertinentes ao ensino de história, geografia, filosofia e sociologia, considerando a etapa dos anos finais do Ensino Fundamental. Valorização das

práticas extensionistas ou da educação não formal. Através da elaboração de projetos de ensino envolvendo os temas geradores vivenciados incentiva-se que os/as estudantes construam visões integradas e interdependentes tanto dos problemas pesquisados quanto de seus modos de ensino-aprendizagem.

DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DO GRUPO TEMÁTICO HISTÓRIA

ENSINO INTERDISCIPLINAR DE HISTÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo interdisciplinar de diferentes abordagens didático-pedagógicas em História. Análise do diálogo do ensino de História com a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Geografia e outras áreas das humanidades. Valorização da multiculturalidade, da educação intercultural e das propostas de descolonização dos saberes.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe (org) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal, 1992.

HOLZER, Werther. **A Geografia Cultural e a História: Uma Leitura a partir da obra de David Lowenthal**. In: Espaço e Cultura, No. 19-20, p.23-33, 2005.

OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade - ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. A história como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

FALCON, Francisco. História e o Poder. In: **Domínios da História: ensaios de metodologia e história**. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas(orgs.). Rio de Janeiro, 1997.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRINDADE. Azoilda Loretto da; SANTOS. Rafael dos (orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DIVERSIDADES E CULTURA NO MUNDO OCIDENTAL

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária:48 horas

Ementa: Estudo das diversidades culturais no mundo ocidental. Cultura, identidade e diversidades. Etnicidade e multiculturalismo. Teorias do multiculturalismo. A pluralidade cultural e a Educação. A descolonização cultural como ferramenta política libertária.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **As teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. In: **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no séc. XX**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1998.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1993. FONTANA, JOSEP. **A Europa diante do espelho**. Bauru: EDUSC, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo da diversidade das populações indígenas, sua organização sociocultural, práticas e conhecimentos. Resgate da visão construída sobre o indígena no período colonial. Diálogo com as políticas indigenistas e abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações, ressaltando sua inserção na educação. Multiculturalismo e Educação.

Bibliografia Básica

CASTRO, Eduardo Viveiros. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

_____. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

_____. **Legislação Indigenista no Século XIX.** São Paulo: Edusp, 1992.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização – A representação do Índio de Caminha a Vieira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Cia da Letras, 1995.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX).** In: (Orgs.) AZEVEDO, Célia et al. **Cultura Política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2009

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

KRAS, Suzi Maggi (Org). **Povos indígenas e sustentabilidade – Saberes e práticas interculturais na universidade.** Campo Grande: Editora UCDB, 2009

MONTEIRO, John Manuel (org.). **Guia de Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervo das capitais.** São Paulo: Ed. FAPESP, 1994.

MONTEIRO, John M., **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

NASCIMENTO, Adir Casaro; et all. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012.

NEVES, Walter A. et alii. **‘Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I-II’.** Revista USP 44(1-2), 1989.

AFRO-BRASILEIRA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Código:

Quadrimestre:

TPI:4-0-4

Carga Horária:48 horas

Recomendação: Estudos Étnicos Raciais

Objetivos: A disciplina visa oferecer aos (as) discentes conteúdos e reflexões acerca da história e cultura afro brasileiras, da contribuição dos (as) africanos e seus descendentes para a ciência, tecnologia, filosofia e cultura em geral, assim como para a organização social e política do Brasil. Atende a lei 10.639/2003 que emenda a LDB, amplia os conteúdos ministrados na disciplina Estudos Étnicos Raciais, problematizando as razões dos conflitos raciais contemporâneos e as desigualdades raciais.

Ementa: O papel sócio econômico, político e cultural da escravidão na formação da nação brasileira. As diversas formas de resistência dos escravizados e a dimensão política, econômica e cultural dessa resistência. A construção da ideologia racista e sua materialização nas ações do Estado brasileiro. A demonização e criminalização da cultura africana. A exclusão do trabalho, da terra e da educação no período de transição do trabalho escravo para o assalariado, a desagregação familiar e a marginalização social. As dimensões sociológicas, filosóficas, religiosas e psicológicas da discriminação racial e das formas de resistência a ela. O feminismo negro. Negritude e *branquitude*.

Bibliografia Básica

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz, **Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil** in <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092>

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. (1980) 4^a. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele, NASCIMENTO. Abdias do. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultura Palmares-Minc. 2004

REIS, João José. **Negociações e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculos das Raças. Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Lúcia. KON, Noemi Moritz, ABUD, Cristiane Curi. (organizadoras). **Racismo e o Negro no Brasil. Questões Para a Psicanálise.** São Paulo: Perspectiva. 2017

Bibliografia Complementar

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes.** São Paulo: Cia. das Letras. 2000.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco; O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas.** São Paulo: Brasiliense. 1987.

CASTRO, Antonio Barros de. **Escravos e Senhores de Engenho no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala a Colônia.** (1966) 5ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX.**(1984) São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** (1964) 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** (1969) 4a. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

POLI, Ivan da Silva. **Antropologia dos Orixás.** São Paulo: Terceira Margem. 2011.

_____. **Pedagogia dos Orixás.** São Paulo: Terceira Margem. 2015

REIS, João José e SANTOS, Flavio dos, (orgs). **Liberdade Por um Fio.** São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

METODOLOGIA EM HISTÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI:4-0-4

Carga Horária:48 horas

Ementa: As escolas da historiografia e os métodos de análise da história. Análise dos pontos de vista econômico, social, político e cultural. A história das mentalidades. O papel do Renascimento e do iluminismo na análise histórica. Principais correntes de análise histórica: positivista, marxista e Escola dos Annales. As “epistemologias do Sul” e o novo olhar histórico não eurocêntrico.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. **Introdução à História. Lisboa: Europa-América, 1973.**

CARDOSO, Ciro Cardoso e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História.** Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHESNEAU, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Ática: 1995

FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Combates pela História.** Lisboa : Presença, 1977

GINZBURG, Karlo. **O Queijo e os vermes - o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.**

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. **A nova História.** Lisboa: Edições 70, 1986.

VASCONCELOS, José Antonio. **Fundamentos epistemológicos da História.** Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** Brasília

Bibliografia Complementar

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo. 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010.

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: O conceito de patrimônio e memória. Diferenças entre patrimônio material e imaterial. Patrimônio cultural e natural. Atuação dos profissionais em instituições de tratamento da memória. História oral: relação entre memória, identidade e narrativa. Educação patrimonial. Políticas culturais e legislação do patrimônio histórico e cultural.

Bibliografia Básica:

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, nº. 10, p. 7-28, 1993.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado.** Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: CONDEPHAAT/Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico.** O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

HORTA, M. L. P. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Eduardo Yázigi. (Org.). **Paisagem e turismo.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania, o direito ao passado.** O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. DPH. São Paulo: DPH, 1992.

THOMPSON, E. **A voz do passado.** História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANTIGUIDADE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Introdução aos estudos da Antiguidade através de revisão crítica da historiografia relativa ao período com análise de fontes primárias, textuais, arqueológicas e iconográficas. Análise dos discursos produzidos sobre a Antiguidade. A Antiguidade como espaço de construção da modernidade europeia.

Bibliografia Básica:

CANDIDO, Maria Regina (org.). **Vida, morte e magia no mundo antigo**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008.

FINLEY, M.I. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

_____. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (org). **Política e identidade no Mundo Antigo**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2009.

VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão: 312-394**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Bibliografia Complementar:

CARLAN, Cláudio Umpierre. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **O Egito Antigo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CHILDE, Vere Gordon. “A Revolução Urbana na Mesopotâmia”. In: **O que aconteceu na História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1977, p.94-117.

FINLEY, M.I. **História Antiga, Testemunho e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FUNARI, P. P. A. **A Vida Cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.

HINGLEY, Richard. “Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma”. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu, et al. **Imperialismo Romano**. Novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

PINSKY, J. (1991) – **100 Textos de História Antiga**. São Paulo: Contexto, 1972.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias**. Uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VERMES, G. **Os manuscritos do Mar Morto**. São Paulo: Mercuryo, 1991.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre (Organizadores). **Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Editora Papyrus, 1989.

EUROPA MEDIEVAL: CULTURA, POLÍTICA E SOCIEDADE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A disciplina busca analisar alguns temas fundamentais sobre a Medievalidade europeia, especialmente relacionados ao âmbito sociocultural. A construção historiográfica sobre a Idade Média. Os poderes políticos e sua relação com as questões e lutas sociais. A autoridade da Igreja cristã na política, sociedade e cultura. Cultura popular e literatura. Conhecimento: universidades e aristotelismo. A sociedade medieval.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edipro, 2016.

DUBY, Georges. **Idade Média Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História das mulheres no ocidente: a Idade Média**. Porto: Editora Afrontamento, 1993

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1981.

VERGER, Jacques. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia Complementar:

CANDIDO DA SILVA, Marcelo. **A realeza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, vol 2.

_____. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HEERS, J. **A Idade Média: uma impostura**. Lisboa: Editora Asas, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989

ZERNER, Monique (org.) **Inventar a heresia: Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição**. Campinas: Editora da Unicamp. 2009.

EUROPA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: CULTURA E PROCESSOS POLÍTICOS

Código:

Quadrimestre:**TPI: 4-0-4****Carga Horária: 48 horas**

Ementa: Do feudalismo ao capitalismo. A centralização monárquica. O expansionismo marítimo comercial. Renascimento e reformas. A constituição dos estados modernos. O antigo regime. A era das revoluções. A era dos impérios. A crise da sociedade liberal. O breve século XX e a História do Tempo Presente. Entre Guerras e a ascensão dos Movimentos de Extrema Direita. I Guerra Mundial: a guerra das trincheiras. Crescimento do socialismo. II Guerra Mundial: o conflito e o extermínio dos judeus e outras minorias. Redemocratização e a Guerra Fria. O Estado de bem estar social. Movimentos culturais: 1968 - movimento Hippie X Guerra do Vietnã. Terrorismo e Globalização.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. Porto: Afrontamento, 1984.
HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KANTOROVITZ, E. **O Estado Monárquico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Benedict. As promessas do Estado-nação para o início do século. In: **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática: Brasília: UNB, 1988.
DOSE, François. "Maio de 68: efeitos da História sobre a História" e "Maio de 68, maio de 88: artimanhas da razão". In: **A História à prova do tempo**. São Paulo: Unesp, 2001.
GLEZER, Raquel. A história e o tempo presente. In: **Decifrando o tempo Presente**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
HOBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções**. 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.
REIS FILHO, Daniel A; FERREIRA, Jorge ; ZENHA, Celeste (orgs). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COLONIALISMO IBÉRICO**Código:****Quadrimestre:****TPI: 4-0-4**

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo do processo histórico de colonialismo desenvolvido pelas sociedades Ibéricas: Reconquista, expansão marítima mercantil, navegações e África; expansão na Ásia, colonização da América. Diferentes âmbitos do colonialismo ibérico: comercial, político, religioso, social e cultural. Escravidão. Historiografia sobre a temática. Estudos de temas educacionais e didáticos relacionados à disciplina.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHEL, Leslie (org.). **América Latina Colonial.** São Paulo: EDUSP, 2004.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825).** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico:** Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la epoca de Felipe II.** México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

FERRO, M. **História das colonizações:** das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras.** Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Bauru: EDUSC, 2005.

NOGUEIRA, Carlos (org.). **O Portugal medieval:** monarquia e sociedade. São Paulo: Alameda, 2010.

AMÉRICA PORTUGUESA**Código:**

Quadrimestre:**TPI: 4-0-4****Carga Horária: 48 horas**

Ementa: Estudo da constituição e características da sociedade na América portuguesa (séculos XVI a XVIII), por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos. Estudo articulado do genocídio e escravização dos povos nativos e africanos e da diáspora africana; do colonialismo e da crise do sistema colonial do império português; da escravidão como base da organização social, econômica e política; dos ciclos econômicos no contexto de um capitalismo mundializado; das revoltas anticoloniais e dos hibridismos culturais na América Portuguesa, buscando a conexão desses temas com a realidade ainda vivida nas comunidades. Reflexão sobre os temas educacionais e didáticos relacionados à disciplina.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, L.M. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia.** Rio de Janeiro: José Olympio/Edunb, 1993.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; Bicalho, Fernanda; Gouvêa, M. de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial: administração, economia, sociedade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** Rio de Janeiro: Forense Universitária/Edusp, 1975.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808.** São Paulo: Hucitec, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil da época de D. Maria e D. João VI.** Lisboa: Estampa, 1993.

SOUZA, Laura de Mello. **Os desclassificados do ouro.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Bibliografia Complementar:

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (orgs.). **História da expansão portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera (orgs.). **Modos de governar**. São Paulo: Alameda, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do Corpo- condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Edunb, 1993.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras/ Minc-Funarte, 1998.

REIS, João J; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Eduardo; REIS, João J. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e Souza. O Novo Mundo entre Deus e o Diabo. In: **O Diabo na Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL INDEPENDENTE

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Análise do processo de independência e a constituição política do Brasil imperial. A República: política e movimentos sociais. Revisão crítica sobre a historiografia do Brasil nos séculos XIX e XX.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Os bestializados.** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

JANCSÓ, István (Org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

PEREIRA, Leonardo A. M. **As barricadas da saúde:** vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos:** lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BATALHA, Cláudio de M. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim.** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

ESTEVEES, Martha de Abreu. **Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala insurgente**: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ÁSIA: CULTURA E PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Estudo do processo de constituição da Ásia em sua relação com o Ocidente. Colonialismo europeu no Oriente, movimentos de resistência local, construção de identidades. O mundo muçulmano. O Oriente Médio e suas relações com a Europa. A colonização asiática: imperialismos, independências e reordenamento do continente no contexto capitalismo e socialismo soviético.

Bibliografia Básica:

CÂNEDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Ática, 1994.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da Ásia**: anterior aos descobrimentos. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PANIKKAR, K.M. **A dominação ocidental na Ásia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bibliografia Complementar:

DABASHI, Hamid. **Iran**. A people interrupted. Nova Iorque: New Press, 2007.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NEALE, Jonathan. **A people's history of the Vietnam War**. Nova Iorque: New Press, 2003.

SNOW, Edgar. **Alborada de la revolución en Asia: un testimonio personal de la historia contemporánea**. México: FCE, 1978.

DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DO GRUPO TEMÁTICO GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS E MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO ABC

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A indústria no tempo e no espaço mundial: as revoluções industriais (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), as inovações tecnológicas, as fontes de energia e as organizações do trabalho nos ciclos econômicos longos. Emergência e desenvolvimento do processo de industrialização no ABC. A produção industrial e as relações de trabalho. Movimentos de organização da classe operária no ABC. Greves operárias em 1978, 1979 e 1980. História e memória dos metalúrgicos do ABC. Relações entre os processos de industrialização e seus impactos econômicos, sociais, políticos, territoriais, urbanísticos e ambientais. Importância do instrumental da Geografia das Indústrias para a prática do ensino sociocultural de Geografia.

Bibliografia Básica:

ABRAMO, L. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: EDITORA da UNICAMP/ São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GEORGE, Pierre. **Geografia industrial do mundo**. São Paulo, Difel, 1969. (Coleção Saber Atual)

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FRENCH, J. D. **O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950.** São Caetano do Sul, Hucitec, 1995.

IBGE - Grupo de Geografia das Indústrias. Estudo para a geografia das indústrias no Brasil de Sudeste. **Revista Brasileira de Geografia**, 25 (2), Rio de Janeiro, IBGE, 1963.

NABUCO, M.R.; NETO, A.M.C.; NEVES, M.A. **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SINGER, P. **A formação da classe operária.** 7ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

Bibliografia Complementar:

AB'SABER, A.N.; PLANTENBERG, C.M. **Previsão de impactos.** 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

ALMEIDA, C. C. T. **O Grande ABC paulista: O Fetichismo da Região.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Edusp, 1996.

ALVAREZ, I. A. P. **A Reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatey.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECKOUCHE, P. **Indústria: um só mundo.** São Paulo: Ática, 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1970.** Campinas/ São Paulo: EdUNICAMP /Global, 1985.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

DAMATTA, R. **Profissões industriais na vida brasileira: ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Editora UNB, 2003.

DENALDI, R.; MORETTI, R. S.; NOGUEIRA, F. R.; PAIVA, C.; PETRAROLLI, J. Urbanização de favelas na Região do ABC no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP). **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 18, p. 101-118, 2016.

GALERA, R. A.; COSTA, F. C.; MORETTI, R. S. Avaliação dos remanescentes florestais na elaboração de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização- o caso de São Bernardo do

Campo-SP. In: Eduardo de Lara Cardozo. (Org.). **Geologia Ambiental: Tecnologias para o desenvolvimento sustentável**. 1ed. Ponta Grossa: Atenas, 2017, v. 1, p. 42-56.

HUMPHREY, J. Operários na indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista. In: **Estudos Cebrap**, nº. 23. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

IGLÉSIAS, F. **A industrialização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

JÁCOME RODRIGUES, I. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

JÁCOME RODRIGUES, I. (Org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LATINI, S. A. **A implantação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007.

MANTOUX, P. **A revolução industrial no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARTIN, J.M. **A economia mundial da energia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MARTINS, J. S. **A comunidade na sociedade de classes. Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (Núcleo Colonial de São Caetano)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

_____. **Conde Matarazzo o Empresário e a Empresa. Estudo de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo, Hucitec, 1976.

_____. **Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo, Hucitec/Unesp, 2002.

_____. Depoimentos. **Revista Espaço e Debates – periferia revisitada**, n. 42, São Paulo, 2001. p. 75-84.

_____. **A aparição do demônio na fábrica. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. **Moleque de fábrica: uma arqueologia da memória social**. 2.ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2018.

MELO, M. M. A. **Da cidade ideal à cidade intencional**. Cidade ABC. A utopia colaboradora. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MORAES NETO, B.R.M. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOREIRA, E. F. P.; RAGO, L. M. **O que é taylorismo**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NEGRO, A. L. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004.

NORONHA, E. A explosão das greves na década de 1980. In: BOITO JR et all. **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. et all. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994.

PARANHOS, K. R. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982**. Editora da Unicamp. 1999.

PASSARELLI, S. H. F. **O diálogo entre o trem e a cidade: O caso de Santo André**. Tese (Mestrado em arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Proteção da Paisagem Ferroviária: Memória e Identidade do Bairro da Estação**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PENTEADO, A. R. Os Subúrbios de São Paulo e Suas Funções. In: AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo**. Estudo de Geografia Urbana. Vol. IV Os subúrbios Paulistanos. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

PENTEADO, A. R.; PETRONE, P. P. São Caetano do Sul e Osasco, subúrbios industriais. In: AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo**. Estudo de Geografia Urbana. Vol. IV Os subúrbios Paulistanos. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POGIBIN, Guilherme Gibran. **Memórias de metalúrgicos grevistas do ABC paulista**. Dissertação de mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Orientação de Ecléa Bosi. São Paulo: USP, 2007.

RAINHO. L. F. **Os peões do Grande ABC**. Petrópolis. Editora Vozes, 1980.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

RAMALHO, J. R. Novas fábricas, velhas práticas: relações trabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira. In: **Caderno CRH**, Vol. 17, nº. 41. Salvador: mai-ago. 2004. (pp. 199-210).

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

REZENDE, A. P. **História do movimento operário no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, M. L. E. **Produção do espaço e expansão industrial**. São Paulo: Loyola, 1983.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, E.; PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 06, set. 1983.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Nobel, 1990.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Estudo de impacto ambiental-EIA**, Relatório de impacto ambiental-RIMA: manual de orientação. São Paulo, 1989.

SILVA, I. C. A. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias de Santo André**. Tese (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVEIRA, M. L. Indagando as técnicas... um caminho para entender o território. In: GONÇALVES, N. M. S.; SILVA, M. A. da; LAGE, C. S. **Os lugares no mundo: A globalização dos lugares**. Salvador, UFBA, 2000.

SINGER, P. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

TOMIZAKI, K. **Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores**. Campinas: CMU publicações, 2007.

FUNDAMENTOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Contribuições da Geografia à sociedade nos âmbitos da técnica, da pesquisa e do ensino. Principais escolas de pensamento geográfico e suas relações com o ensino de Geografia. Análise e discussão das diferentes concepções teóricas e metodológicas do ensino de Geografia. Discussão das propostas curriculares e o ensino de Geografia no Brasil. Temas e conceitos básicos de Geografia e suas perspectivas de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, R.L.; CASTRO, I.; GOMES, P.C.C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs). **Geografia e Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP,2003.

Bibliografia complementar:

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Papirus, 1988.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MORAIS, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo. Contexto, 2000.

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A Geografia e o Ensino de Geografia nos currículos oficiais. A perspectiva sociocultural do ensino de Geografia. Funções sociais do professor de geografia. Panoramas das redes de ensino e diferentes perspectivas de atuação nas escolas. O ensino de Geografia em espaços não formais de educação. As metodologias e práticas de ensino de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental. Análise e produção de materiais didáticos e

paradidáticos. A educação ambiental. A formação do professor de Geografia: realidades, dificuldades e potencialidades.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. (Org.). **A geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, C. A. et.al (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Associação dos geógrafos brasileiros - Seção Porto Alegre, 2001.

Bibliografia Complementar:

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1983.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 09/04/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – v.5 – Geografia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 09/04/2018.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino de Geografia e de sua pesquisa. **Boletim Carioca de Geografia**, ano VII, números 1 e 2, Rio de Janeiro.

SENE, E. **Reformas educacionais no Brasil e na Espanha (1978-2006): ensino médio e geografia**. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A relevância da questão regional e os processos de regionalização: escalas e relações sociais. Os conceitos de região: da região natural aos ecossistemas; da região lablachiana à identidade regional; da região funcional ao planejamento regional. Divisão espacial do trabalho e regionalismo político. Globalização, redes e blocos de poder na

regionalização do mundo contemporâneo. Divisão regional do Estado de São Paulo. Perspectivas de ensino-aprendizagem em Geografia Regional.

Bibliografia Básica:

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 1986.
- MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo. **Espaço e debates**, I (2), São Paulo, Cortez, 1981.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Bibliografia complementar:

- ALMEIDA, C. C. T. **O Grande ABC paulista: O Fetichismo da Região**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../CECILIA_CARDOSO_TEIXEIRA.pdf. Acesso em: 09/04/2018.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX. Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. 5ª reimpressão. São Paulo: UNESP. 1996.
- CONTEL, F. As divisões regionais do Brasil no século XX. **Terra Brasilis**, 3(2014). Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990> . Acesso em 09/04/2018.
- EMPLASA. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMLASA, 2011.
- GEORGE, P. et al. **Geografia ativa**. São Paulo, Difel, 1986.
- LA BLACHE, P. V. de. Le principe de la géographie générale. **Annales de Géographie**, v. 5, n. 20, p. 122-142, 1896.
- LENCIONI, S. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. SP: Contexto, 1999.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

CARTOGRAFIA ESCOLAR E INCLUSIVA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Fundamentos da cartografia temática. Fundamentos metodológicos da cartografia escolar. Diferentes formas de produção cartográfica e uso do sensoriamento remoto: cartas, mapas, plantas, maquetes, globos, fotografia aérea, imagem de satélite, croquis. Cartografia tátil. Criação, desenvolvimento e aplicação de atividades didáticas em abordagem multidisciplinar e inclusiva. Possibilidades de trabalho educacional em cartografia em face ao avanço da tecnologia socialmente disponível.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, R. D. (Org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.

IBGE. **Atlas Geográfico Escolar**. 4ª ed., Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

JOLY, F. A **Cartografia**. Campinas: Papirus, 1997.

Bibliografia complementar:

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. 2ª ed., Florianópolis: UFSC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

FREITAS, M. I. C.; VENTORINI, S. E. **Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual**. Jundiaí, Paco Editorial, 2011.

NOGUEIRA, R. E (Org.). **Motivações Hodiernas para Ensinar Geografia: representações do espaço para visuais e invisuais**. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ruth_Nogueira/publication/316940650_Motivacoes_Hodiernas_para_ensinar_Geografia_representacoes_do_espaco_para_visuais_e_invisuais/links/591a10d54585159b1a4bb31f/Motivacoes-Hodiernas-para-ensinar-Geografia-representacoes-do-espaco-para-visuais-e-invisuais.pdf . Acesso em 09/04/2018.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

GEOGRAFIA URBANA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: O fenômeno urbano em face à análise da Geografia. Modos de vida urbanos: cotidianos e resistências. Diferenciações entre processos de urbanização nos países centrais e periféricos. Paisagens urbanas e seus contrastes. Dilemas urbanos para o futuro a curto, médio e longo prazos. Redes e hierarquias urbanas. Especificidades e possibilidades do ensino de geografia em cidades pequenas, médias e grandes, bem como a partir dos equipamentos urbanos disponíveis. Relações evidentes e ocultas entre campo e cidade. Região Metropolitana de São Paulo e sua sub-região sudeste (ABC paulista).

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na MetrÓpole**. São Paulo, Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. CARLES, C. (Orgs.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrÓpole**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, J. de S. **Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo**: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, Hucitec/Unesp, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, C. C. T. **O Grande ABC paulista: O Fetichismo da Região**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../CECILIA_CARDOSO_TEIXEIRA.pdf
Acesso em: 09/04/2018.

ALVAREZ, I. A. P. **A Reprodução da metrÓpole: o projeto Eixo Tamanduatey**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/8136/.../ISABEL_APARECIDA_PINTO_ALVAREZ.pdf
Acesso em: 09/04/2018.

CARLOS, A. F. A. **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

KLINK, J. **A cidade-região**. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2001.

PENTEADO, A. R. Os Subúrbios de São Paulo e Suas Funções. In: AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo**. Estudo de Geografia Urbana. Vol. IV Os subúrbios Paulistanos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

VASCONSCÉLOS, P., MELLO e SILVA, S. (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: A Geografia da Antiguidade, na era da Idade Média Europeia e no mundo Árabe. O renascimento, a ciência moderna e suas relações com os movimentos racionalista e positivista. A Geografia do século XIX: Humboldt e Ritter. Desenvolvimento da Geografia Física. Ratzel e a Antropogeografia. A Geografia na primeira metade do século XX. A controvérsia levantada entre determinismo e possibilismo. A Geografia de La Blache e as origens da geografia tradicional no Brasil. A crítica da Geografia tradicional e o movimento de renovação da Geografia. A New Geography. A Geografia Crítica. A Geografia contemporânea e seus desafios. Relações entre a história do pensamento geográfico e seu impacto no ensino de Geografia.

Bibliografia Básica:

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. V 1-3, São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo, HUCITEC, 1989.

Bibliografia Complementar:

LACOSTE, Y el al. **A Geografia ativa**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer a Guerra**. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 1993.

MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOG/USP, 1980.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1978.

GEOGRAFIA AGRÁRIA

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Principais correntes teóricas dos estudos sobre o Espaço Agrário, com ênfase nos estudos da Geografia. A Geografia Agrária Brasileira. O papel da agroindústria. O movimento camponês brasileiro, latino-americano e mundial e os modelos propostos e implementados de reforma agrária. Os modos de produção agrícolas. A agricultura e o meio técnico-científico-informacional. As relações de trabalho no campo. Os modos de vida rurais. As expansões das fronteiras agrícolas e a resistência das comunidades florestais. A educação no campo. Os temas e as práticas da Geografia Agrária em escolas urbanas.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARTINS, J. de S. **Camponeses e Política no Brasil**. Hucitec, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Ática, 1986

Bibliografia Complementar:

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ady França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC, 1984.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo,

DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DO GRUPO TEMÁTICO FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM

Quadrimestre:

TPI: 3 - 1 - 4

Carga horária:

Justificativa

Os cursos de formação de professores, no contexto das políticas educacionais atuais, evidenciam a necessidade de garantir a aplicabilidade dos conhecimentos da Psicologia da Educação, sobretudo aqueles referentes ao ensino e aprendizagem, no contexto escolar, de modo a garantir uma disciplina com caráter teórico-prática (Almeida & Azzi, 2007; Larocca, 2007). Espera-se que os licenciandos sejam capazes de programar um ensino inclusivo, a partir da discussão sobre as diferentes estratégias educacionais propostas pelos autores da Psicologia da Aprendizagem, valorizando os aspectos plurais dos estudantes da educação básica, enquanto ser biopsicossocial. Por essa razão, entende-se que tal discussão se torna fundamental no contexto de formação inicial de futuros licenciados, de modo a garantir a aplicabilidade dos conhecimentos oriundos dessa vertente psicológica.

Ementa: Psicologia da educação: filogênese, ontogênese e sociogênese. Psicologia da Aprendizagem. Teoria histórico-cultural de Vygotsky: aplicabilidade à educação. Teoria comportamental de Skinner: aplicabilidade à educação. Construtivismo de Piaget: aplicabilidade à educação. Gardner e a aplicabilidade das múltiplas inteligências. Pedagogia de Paulo Freire: aplicabilidade à educação. Aprendizagem e processos cognitivos. Programação de ensino: estabelecimento dos objetivos e condições de ensino. Relação professor-aluno: motivação, lidando com erros no ensino e na aprendizagem, aprendizagem sem erros, aprendendo a aprender. Fracasso escolar. Transtornos específicos de aprendizagem. Psicologia e Inclusão escolar: público-alvo da educação especial inclusiva.

Bibliografia Básica

- COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CARMO, J. S. **Fundamentos psicológicos da educação.** Curitiba: IBPEX, 2010.
- CATANIA, C. A. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição.** São Paulo: Art-Med, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento**
- GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática.** Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- HÜBNER, M. M. e MARINOTTI, M. (orgs.). **Análise do Comportamento para a Educação: contribuições recentes.** Santo André: ESETec Editores Associados, 2004.
- LAPLANE, A. L. F. **Interação e silêncio na sala de aula.** Ijuí, RS: ed. UNIJUÍ, 2000 (Coleção Educação.
- MARTIN, G. & PEAR, J. **Modificação de comportamento: o que é e como fazer.** Tradução de N.C. de Aguirre. 8.ed. São Paulo: Roca, 2009.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.
- Piaget, J. (1950/1999). **Seis estudos de psicologia.** 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações.** São Paulo: Editorial Psy, 1995.
- Skinner, B. F. (1972). **Tecnologia do Ensino.** (R. Azzi trad.). São Paulo, Herder, E.P.U. (Publicado originalmente em 1968).
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007.
- ZANOTTO, M. L. B. **Formação de professores: a contribuição da análise do comportamento.** São Paulo: EDUC, 2000.

Bibliografia Complementar

- CARRARA, K. (org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens.** São Paulo: Avercamp, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente - A teoria das inteligências múltiplas**. 1ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KELLER, F. S.; SCHOENFELD, W. N. **Princípios de psicologia**. Tradução de Carolina M. Bori e Rodolpho Azzi. São Paulo: EPU, 1973.

Mendes, E. G.; ALMEIDA, L. C. A.; WILLIAMS, L. (Orgs.). **Avanços recentes em Educação Especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, M. C.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: ArtMed, 2007

PATTO, M.H.S. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo, T.A. Queiróz, 1981.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Vigotsky, L.S. (1996). **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS

Botomé, S. P. (1981). **Objetivos comportamentais no ensino: a contribuição da análise experimental do comportamento**. (Tese de Doutorado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

KUBO, O. M. & BOTOMÉ, S. (2001). **Ensino e aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais**. Revista Interação em Psicologia, v. 5

SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ementa: Relação indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas. Trabalho e Educação como dimensões da socialização e sociabilidade contemporânea. Globalização e sociabilidade neoliberal. Sociedade e tecnologia: centralidade tecnológica submetida à crítica. Sentidos, limites e potencialidades do trabalho e educação na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

MILLS, Charles W. [1959] **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Laymert Garcia. **Politizar as novas tecnologias.** O impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia.** São Paulo: Unesp, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BURAWOY, Michel; BRAGA, Ruy (org.). **Por uma sociologia pública.** São Paulo: Alameda, 2009.

CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). **Escritos de educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MILLS, C. Wright. Educação e classe social. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica o Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril de 2003.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social.** Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2014.

HELOANI, Roberto. **Modelos de Gestão e Educação.** Gerencialismo e Subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa.** O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LINHART, Danièle. **O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso.** *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n° 7, jul/dez – 2000, p. 24-36.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **Liberalismo e educação em debate.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: INFÂNCIA, JUVENTUDE, VIDA ADULTA E ENVELHECIMENTO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 3-1-4

Carga Horária:

Justificativa

O estudo da Psicologia do Desenvolvimento enquanto componente curricular no curso de formação de professor gera reflexões sobre as práticas pedagógicas relacionadas ao fazer docente, por abordar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano, tais como, cognitiva, linguística, motora, autônoma e social, perpassando desde a infância até a vida adulta e envelhecimento. A aplicabilidade desses conteúdos tem sido alvo de discussão, no escopo da formação inicial de professores, devido aos subsídios que tal área do conhecimento proporciona à ação docente. Ao conhecer as múltiplas facetas do desenvolvimento humano, o futuro professor poderá compreender como o aluno dos anos finais do ensino fundamental e do médio se desenvolvem, de modo a propor estratégias pedagógicas que favoreçam tal desenvolvimento (Almeida & Azzi, 2007). Espera-se que a divisão dos conteúdos de Psicologia da Aprendizagem e de Psicologia do Desenvolvimento (Matos, 2017) possam fomentar novas práticas pedagógicas que superem os obstáculos psicológicos presentes no contexto escolar, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e médio.

Ementa: Psicologia do Desenvolvimento: aspectos biopsicossociais e vertentes psicológicas. Conceitos em Psicologia do Desenvolvimento: maturação, períodos críticos, hereditariedade, ambiente. Primeiras investigações em Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento pré-natal e na primeira infância: aspectos motores, sensoriais e perceptivos, cognitivos, sociais, linguísticos e de autonomia. Desenvolvimento infantil em idade pré-escolar e escolar: aspectos motores, cognitivos, sociais, linguísticos e de autonomia. Desenvolvimento na

adolescência e juventude. Desenvolvimento na vida adulta e envelhecimento. Instrumentos de avaliação do desenvolvimento humano. Transtornos do neurodesenvolvimento e público-alvo da educação especial inclusiva. Escola enquanto espaço de desenvolvimento humano: planejamento do ensino e avaliação na educação de jovens e adultos, ensino fundamental e médio. Aplicabilidade da Psicologia do Desenvolvimento ao campo educacional.

Bibliografia Básica

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARMO, J. S. **Fundamentos psicológicos da educação.** Curitiba: IBPEX, 2010.

CATANIA, C. A. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição.** São Paulo: Art-Med, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento**

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática.** Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HÜBNER, M. M. e MARINOTTI, M. (orgs.). **Análise do Comportamento para a Educação: contribuições recentes.** Santo André: ESETec Editores Associados, 2004.

LAPLANE, A. L. F. **Interação e silêncio na sala de aula.** Ijuí, RS: ed. UNIJUÍ, 2000 (Coleção Educação.)

MARTIN, G. & PEAR, J. **Modificação de comportamento: o que é e como fazer.** Tradução de N.C. de Aguirre. 8.ed. São Paulo: Roca, 2009.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Piaget, J. (1950/1999). Seis estudos de psicologia. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações.** São Paulo: Editorial Psy, 1995.

SKINNER, B. F. (1972). **Tecnologia do Ensino.** (R. Azzi trad.). São Paulo, Herder, E.P.U. (Publicado originalmente em 1968).

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007.

ZANOTTO, M. L. B. **Formação de professores: a contribuição da análise do comportamento.** São Paulo: EDUC, 2000. T. A. Queiroz, 1999.

Bibliografia Complementar

CARRARA, K. (org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens.** São Paulo: Avercamp, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1992.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente - A teoria das inteligências múltiplas.** 1ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KELLER, F. S.; SCHOENFELD, W. N. **Princípios de psicologia.** Tradução de Carolina M. Bori e Rodolpho Azzi. São Paulo: EPU, 1973.

Mendes, E. G.; ALMEIDA, L. C. A.; WILLIAMS, L. (Orgs.). **Avanços recentes em Educação Especial.** São Carlos: EDUFSCar, 2004.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, M. C.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento.** Porto Alegre: ArtMed, 2007.

PATTO, M.H.S. **Introdução à Psicologia Escolar.** São Paulo, T.A. Queiróz, 1981.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VIGOTSKY, L.S. (1996). **Teoria e método em psicologia.** São Paulo: Martins Fontes.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Educação e instituição escolar como objetos da sociologia. A temática da educação na perspectiva da teoria sociológica clássica. Teoria crítica: perspectivas sobre o espaço escolar e seus mecanismos de produção e reprodução social. A escola como espaço de

tensões e resistências. Sociedades contemporâneas: distinções e mediações culturais no contexto das práticas sociais, políticas e econômicas.

Bibliografia Básica:

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Escritos de educação**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 279 p. (Ciências sociais da educação).

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. Disponível em: <<http://www.livrosdeprogramacao.com.br/images/8573078391Gr.jpg>>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. xli, 112 p.

Bibliografia Complementar:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985. 127 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. Coordenação de Pierre Bourdieu; Tradução de Mateus S. Soares Azevedo et al. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 93 p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 619 p.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação, Estado e Poder**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1987.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Nov/Dez 2001 Nº 18, p. 35-40. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04>>

DURKHEIM, David Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 14. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1990. 128 p.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis, RJ: 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 302 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006. 102 p. Disponível em: <<http://imagens.travessa.com.br/livro/DT/2e/2e12b823-ea11-4287-aece-abe8ac461059.jpg>>.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 231 p.

OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social**: temas e abordagens. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. 190 p.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Tomas Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 133 p.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem e como vive. Colaboração de André Grillo et al. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2016. 551 p.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson Souza. São Paulo, SP: EDUSP, 1996. 336 p.

TILLY, Charles. Democracia. **Tradução de Raquel Weiss**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 252 p., il.

TRATENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo, Unesp, 2004.

DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DO GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Educação em direitos humanos: conceito, teoria, metodologia, práticas e vivências. Marcos legais da educação em direitos humanos no Brasil e no mundo. Escola como espaço de socialização e formação para contribuir para o conhecimento dos direitos fundamentais. Direitos humanos: currículo, formação continuada e projeto pedagógico. Cultura de direitos humanos: questões de gênero, inclusão/ acessibilidade, diversidade sexual, etnia, cultura, geração e crenças religiosas. Formas de combate ao bullying na escola. A universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e seus eixos: educação básica, ensino superior, mídia, educação não formal e segurança/justiça.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_6_vera_candau_edh.pdf. Acesso em: 27/06/2017.

CARVALHO, José et. Al. **Uma idéia de Formação Continuada em Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: DHnet, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/josesergio/jose_sergio_form_continuada_edh.pdf. Acesso em 27/06/2017.

DIETRICH, Ana Maria, HASHIZUME, Cristina (org.). **Direitos Humanos no chão da escola**. Santo André: UFABC, 2017.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

Bibliografia Complementar:

BLANES, José, DIETRICH, Ana Maria, SANTOS, Silmar. **Educação, ética e regime militar no Brasil**. Santo André: UFABC, 2017.

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18403>. Acesso em: 23/02/2017.

CABRAL, Simone. **O Lugar da Extensão**: Perspectivas para a Educação em Direitos Humanos. São Paulo: DHnet, 2017. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/textos/simone_o_lugar_da_extensao.pdf. Acesso em 27/06/2017.

CLAUDE, Richard Pierre. “Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos”. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

COSTA, Danúbia Régia e RÊSES, Erlando da Silva. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17/02/2017.

COSTA, Soraia; DIETRICH, Ana Maria. Documentário **Seja Mais!** Santo André: UFABC, 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **O direito à educação no Brasil: estrutura e legislação de ensino**. 2012. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1142>. Acesso em: 23/02/2017.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo; SILVA, Eliete Antônia. “Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar.” In: **V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PREFEITURA de São Paulo. **Portal Educação em Direitos Humanos** (síntese de textos, vídeos e projetos). Disponível em <http://portaledh.educapx.com/>

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-2

Carga Horária: 48 horas

Ementa:

Processo de inclusão escolar. O papel da família. O papel da escola: atividades escolares, profissionais. Relação família e escola inclusiva. Desafios para garantir o envolvimento da família na escola inclusiva. Estratégias inclusivas científicas que favoreçam a relação família-escola.

Bibliografia Básica

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática.** Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. **A escola e o público-alvo da educação especial: apontamentos atuais.** Marília, SP: ABPEE/Marquezzine & Manzini editora, 2014.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Vol. 1. Porto Alegre: ARTMED, 1995.

Mendes, E. G.; ALMEIDA, L. C. A.; WILLIAMS, L. (Orgs.). **Avanços recentes em Educação Especial.** São Carlos: EDUFSCar, 2004.

MENDES, E. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** São Paulo: Junqueira e Marin, 2016.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA-VERDU, A. C. M.; FERNANDES, M. C.; RODRIGUES, O. M. P. R. **A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais: implementação de práticas inclusivas e aspectos de planejamento educacional.** *Interação Psicol*, v. 6, n. 2, p. 223-31, 2002.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Use of a Computerized Reading and Writing Teaching Program for Families of Students with Intellectual Disabilities.** *Psychol Rec*, v. 66, p. 127-138, 2016.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 3, p. 371-386, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n.º 33, set. / dez. 2006.

NAVES, A. R. X. C.; VASCONCELOS, L. A. **O estudo da família: contingências e metacontingências.** *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 4, p. 13-25, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

OFICINAS DE CULTURA E ARTE-EDUCAÇÃO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 2-2-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Introdução à práticas pedagógicas de arte-educação. Jogos teatrais, performances, contação de história, jogos didáticos e brincadeiras educativas. A disciplina visa aplicar tais práticas para o desenvolvimento de oficinas sobre temas de interesse para a área de ciências humanas, considerando tanto a educação escolar, quanto a aplicação em projetos socioeducativos. A arte na escola. Fundamentos teórico-metodológicos da arte-educação. O professor como agente de educação estética.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Arte-Educação Contemporânea.** Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Cândida A. de Carvalho. **Arte e Educação. Da Razão Instrumental à Racionalidade Emancipatória.** São Paulo: Juruá, 2004. COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHACRA, S. **Natureza e sentido da improvisação teatral.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A importância do brincar. Entrevista concedida ao Tatiana Bertoni. São Paulo: Univesp TV, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=09w8a-u-AUU>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola.** São Paulo, Ática, 1993.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o Teatro.** São Paulo Perspectiva, 1978.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Museu, Educação e Cultura.** Encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2005.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, INFORMAL E POPULAR

Código:

Quadrimestre:

TPI: 2-2-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Diferenças e aproximações dos conceitos de Educação não formal, informal e popular dentro da prática de educar para os direitos humanos. Os espaços não formais de educação e sua importância. Relações entre a educação não formal e a cidadania. Construções horizontais do conhecimento. Métodos de educação popular. A parte prática corresponde à elaboração de projetos de educação não formal.

Bibliografia Básica:

CADERNOS de formação. **Educação popular e direitos humanos**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015. Disponível em https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf.

Acesso em 28/03/2019

GOHN, Maria da Glória M. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo**

do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória M. **Educação não formal e no campo das artes**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, V.; TRILLA, J.; GHANEM, E. Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo, 2008.

CERONI, Mary Rosane. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares**. Anais 1 Congresso Internacional Pedagogia Social – Março 2006. Disponível em: www.proceedings.acielo.br. Acesso em: 05 de set. de 2013.

FARIA, Luiz Henrique Portela; DIETRICH, Ana Maria; GOMES, Vivilí Maria Silva. O Projeto Batuclagem e a educação ambiental por meio do brincar: abordando o lúdico no Ensino de Ciências. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 425-440, ago. 2018

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o Associativismo do terceiro setor**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Martins

DISCIPLINAS DO GRUPO TEMÁTICO PRÁTICAS DE ENSINO

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: CURRÍCULOS

Código:

Quadrimestre: 8º.

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Tendo como pano de fundo a discussão sobre o sentido público da educação, o objetivo da disciplina é conhecer, analisar, avaliar e discutir criticamente as propostas curriculares de ensino de geografia presentes nos documentos oficiais que norteiam a educação básica, com ênfase no ensino médio, como por exemplo, Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum, Orientações Curriculares, Propostas Curriculares do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, entre outros.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CARVALHO, J. S. F. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e a Construção de Conhecimentos**. Campinas-SP: Papirus, 1998

LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Tradução de: Maria Cecília França. Campinas- SP: Papirus, 1988.

LESTEGÁS, F. R. **Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar**. Boletín de la AGE, Madrid, n. 33, 2002.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Orgs) **Geografia e Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

PROPOSTA Curricular do Estado de São Paulo: Geografia / Coord. Maria Inês Fini. – São Paulo: SEE, 2008.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GIRARDI, G. **Educar para qual sociedade?** São Paulo: s/ ed., 2011.

<http://www.thaisvilanova.com.br/girardi/educar-web.pdf>

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

LAVAL, C, DARDOT. P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Coleção estado de sítio, 2015.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos sobre a ideologia da sociedade industrial avançada.** São Paulo: EDIPRO, 2015.

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação.** São Paulo: Editora Cortes, 2015.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes,** São Paulo: Cortez, 1981.

SILVA, C.C. (Org.), AZZI, D. e BOCK, R. **Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na da América Latina.** São Paulo: Ação Educativa, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Arquivos e Documentos:

BRASIL-MEC/SEMT. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL-MEC/SEMT. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

BRASIL-MEC/SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias** (vol. 3). Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2006.

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: METODOLOGIAS

Código:

Quadrimestre: 9º.

TPI: 4-0-4.

Recomendação: Prática de Ensino de Geografia: Currículos.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: O objetivo da disciplina é pesquisar e elaborar diferentes metodologias para o ensino da Geografia, evidenciando-se os seus pressupostos teórico-práticos. Para realizar este percurso sobre o como ensinar, são recomendadas estratégias diversas para o estudo, a criação e a produção de percursos de aula que mobilizem textos de Geografia, literatura,

cinema, novas tecnologias eletrônicas, teatro, revistas e jornais, fragmentos da vida cotidiana, entre outros.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A . F. A. **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLAR, S. M. V. **A Construção do Conceito de Espaço e o Ensino de Geografia**. In: Caderno Prudentino de Geografia - Geografia e Ensino. AGB-Seção Prudente (17): 94-114, 1995.

CASTELLAR, Sonia M. V. e MORAES, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo, CENGAGE, 2010.

NÓVOA, A (Coord.) **Os Professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. **Território e sociedade no início do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

____ Técnica Espaço -Tempo. **Globalização e Meio Técnico- Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

____ GEOGRAFIA(S). In: **ORIENTAÇÃO USP** - Instituto de Geografia (5): 9-17, 1984.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 1999.

VESENTINI, J. W. **Para uma Geografia Crítica na Escola**. São Paulo: Ática, 1992.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Tradução de: José Cipolla et alii. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989.

Bibliografia Complementar:

DERRIDA, J. **O olho da universidade**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

FREUD, S. Psicologia de massas e análise do eu. In: **Obras completas Vol. 15**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

FOUCAULT, M. As meninas. In: **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 3-21.

_____. **O governo de si e dos outros.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FROCHTENGARTEN, F. **A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho.** *Psicologia (USP)*, v.20, nº 1, p. 125-138, jan./mar., 2009.

GINZBURG, Carlo. A história na era Google. In: Schüler, Fernando Luís; Wolf, Eduardo (orgs.). **Pensar o contemporâneo.** Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2014, p. 40-63.

KOHAN, W. O. **O mestre inventor. Relatos de um viajante educador.** 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013. 144p.

MORIN, Edgar. **O método IV As ideias.** Portugal: Europa-América, 1991.

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação.** São Paulo: Editora Cortes, 2015

RANCIÈRE J. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Pedagogia dos monstros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, G. **Exercícios de leitura.** São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2009.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: PROGRAMAS DE ENSINO

Código:

Quadrimestre: 10º.

TPI: 4-0-4.

Recomendação: Prática de Ensino de Geografia: Currículos e Prática de Ensino de Geografia: Metodologias.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Propõe-se a avaliação crítica e a elaboração de programas de ensino e processos avaliativos, planos de aula, materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Geografia na educação básica e em espaços não-formais. Trata-se de conhecer os materiais didáticos já existentes e abrir espaço para a criação de objetos de aprendizagem e materiais de ensino de geografia.

Bibliografia Básica:

KARNAL, L. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOHAN, W. O.; OLARIETA, Fabiana Beatriz (Org.). **A escola pública aposta no pensamento**. 1. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012. 254p.

PASSINI, E. Y. et al. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2010.

PIAGET, J. **A Representação do Mundo na Criança**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

_____. **Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PONTUSCHKA, N. N. **Ousadia no Diálogo. Interdisciplinaridade na Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.;

POSTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo, Cortez, 2007.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (Orgs.) **Geografia e Educação, Geração de Ambiências**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2000.

THIOLLENT, M. . **Metodologia da Pesquisa - Ação**. Tradução de : São Paulo: Cortez, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Metodologia dialética em sala de aula**. Revista de Educação AEC, Brasília, v.21,n.83, p.28-55, abr/jun,1992.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BRAGA, J. (org.) **Objetos de aprendizagem vol. 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

_____. **Objetos de aprendizagem vol. 2: metodologia e desenvolvimento**. Santo André: Editora da UFABC, 2015.

DOTTA, S. (org.) **Aulas virtuais síncronas: condução de webconferência multimodal e multimídia em Educação à distância**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

FRANCO. L. (org.) **EAD Virtual: entre a teoria e a prática**. Santo André: Editora da UFABC, 2015.

MOLETTA, A. **Criação de curta-metragem em vídeo digital: uma proposta para produção de baixo custo**. São Paulo: Summus, 2009.

_____. **Fazendo Cinema na Escola: arte audiovisual dentro e fora da sala de aula**. São Paulo: Summus, 2014.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção e leitura**. São Paulo: Cosacnaify, 2007

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULOS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: O objetivo da disciplina é conhecer, analisar, avaliar e discutir criticamente as propostas curriculares de ensino de História presentes nos documentos oficiais que norteiam a educação básica, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, como por exemplo, Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum, Orientações Curriculares, Propostas Curriculares do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, entre outros. Discussão teórica sobre a função social e educacional do currículo

Bibliografia Básica

ALVES, Ronaldo Cardoso, ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CARVALHO, J. S. F. **Reflexões sobre educação, formação e esfera pública**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia Complementar

LOPES, Alice R. C.; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação na educação**. São Paulo: Editora Cortes, 2015.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1981.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Arquivos e Documentos:

BRASIL-MEC/SEMT. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRASIL-MEC/SEMT. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

BRASIL-MEC/SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências humanas e suas tecnologias (vol. 3).** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2006.

FINI, M. I. (Coord.). **Proposta curricular do Estado de São Paulo: História.** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), 2008.

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIAS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: O objetivo da disciplina consiste no estudo e discussão sobre diferentes metodologias para o ensino de História, valorizando novas propostas interdisciplinares e interfaces com a educação em Direitos Humanos e discussões étnico-raciais. Análise de diversas estratégias metodológicas que mobilizem diferentes suportes, como: literatura, cinema, novas tecnologias, teatro, textos filosóficos, revistas e jornais, documentos históricos, entre outros.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto 1997.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História - Entre Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PEREIRA, A.; MONTEIRO, A. M. (Org.) **Ensino de História e culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FONSECA, Selva Guimaraes. **Didática e Prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2013.

RICCI, Cláudia Sapag. **Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de História**. São Paulo: Anablume, 1999.

ZAMBONI, Ernesta (org.) **Digressões sobre o ensino de História: memória, história oral e razão histórica**. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.

PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: PROGRAMAS DE ENSINO

Código:

Quadrimestre:

TPI: 4-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 48 horas.

Ementa: Esta disciplina busca a avaliação crítica e a elaboração de programas de ensino, planos de aulas, avaliações, materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de História na educação básica, bem como em espaços de educação não formal. Discussão sobre materiais didáticos, objetos de aprendizagem e fontes documentais históricas. Elaboração de planos de ensino e material didático que contemplem as discussões étnico-raciais. Análise do Ensino de História na atualidade diante de seus desafios contemporâneos.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho: O ensino de História nas escolas paulistas [1917-1939]**. São Paulo: Brasil, Ed. Loyola, 1990.

CIAMPI, Helenice. **A História pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000.

MONTEIRO, A. M. et al. (Org.) **Pesquisa em Ensino de História. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2014.

PEREIRA, A.; MONTEIRO, A. M. (Org.) **Ensino de História e culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Bibliografia Complementar

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MUSEUS, ARQUIVOS E BENS CULTURAIS

Código:

Quadrimestre:

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48 horas

Ementa: Identificar as diferenças e semelhanças entre as áreas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia e suas atuações no âmbito educativo. Visita a diferentes arquivos, museus e bibliotecas. Ação cultural e educativa em instituições de memória. Gestão de museus, acervos e bibliotecas. A organização e curadoria de exposição.

Bibliografia básica

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

RÉSSIO GUARNIERI, W. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, (1):7-11 1989.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos: museu, memória e cidadania**. São Paulo: Garamond, 2006.

Bibliografia complementar

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

ARELLANO, Miguel Angel. **Preservação de documentos digitais**. Ci. Inf. Brasília, v.33, n.2, p. 15-27, maio/ago. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10519: Critérios de avaliação de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro, 1988.

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: AAB/SP, 1998. 89p. (Como Fazer, 1)

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Ed. Hucitec, 2005.